

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCUS VINICIUS CALDERAN CALDARA

**CONTORNOS DISCURSIVOS DO ANTIPETISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE**

São Carlos - SP

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCUS VINICIUS CALDERAN CALDARA

CONTORNOS DISCURSIVOS DO ANTIPETISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais
da Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar, para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais com ênfase em Ciência
Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lidiane Soares
Rodrigues

São Carlos - SP

2020

MARCUS VINICIUS CALDERAN CALDARA

CONTORNOS DISCURSIVOS DO ANTIPETISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lidiane Soares Rodrigues

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade - UFSCar

São Carlos - SP

2020

A todos aqueles que se dedicaram e se dedicam à tarefa de pensar o enigma que é o ser humano.

*“Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer”*

Gilberto Gil

RESUMO

Esse trabalho procura explorar as relações existentes entre a relativa popularização das tecnologias da informação e das redes sociais e a crescente “polarização” nas tomadas de posição política, e de que forma essas relações implicam em transformações nas estratégias de circulação da informação por parte de um segmento de grupos e atores políticos. Teoricamente orientado por uma concepção relacional do conflito político, que incide diretamente no desenho das posições no espaço da produção ideológica, o objetivo geral do trabalho consiste em articular as modalidades do antipetismo (um significante polissêmico) veiculado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) dentro de suas redes sociais.

Palavras-chave: antipetismo; nova-direita; redes sociais; indústria cultural; polarização política;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	(8)
2. METODOLOGIA	(9)
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	(10)
3.1 Apresentação MBL	(12)
3.1.1 Quem/quando fundou?	(12)
3.1.2 Programa	(13)
3.1.3 Ações, produções e espaços de atuação.....	(15)
3.1.4 Antipetismo e MBL	(16)
3.2 Apresentação Petismo/Antipetismo	(25)
3.2.1 Mídia e circulação da Informação	(25)
3.2.2 Partidos, Movimentos Sociais, Identidade Eleitoral	(28)
3.3 Antipetismo e MBL nos estudos sobre nova direita	(37)
4. CONCLUSÕES	(44)
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	(48)
APÊNDICE	(54)
Análise do Vídeo 1	(54)
Análise do Vídeo 2	(58)
Análise do Vídeo 3	(66)
Análise do Vídeo 4	(72)
Análise do Vídeo 5	(79)
ANEXO – SESSÕES DE COMENTÁRIOS	(87)

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho procura explorar as relações existentes entre a relativa popularização das tecnologias da informação e das redes sociais e a crescente “polarização” nas tomadas de posição política, e de que forma essas relações implicam em transformações nas estratégias de circulação da informação por parte de um segmento de grupos e atores políticos. Teoricamente orientado por uma concepção relacional do conflito político, que incide diretamente no desenho das posições no espaço da produção ideológica, o objetivo geral do trabalho consiste em articular as modalidades do antipetismo (um significante polissêmico) veiculado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) dentro de suas redes sociais.

Para tal, realizamos uma busca pela palavra-chave (PT) a partir da ferramenta disponibilizada pelo próprio Youtube dentro do canal (MBL - Movimento Brasil Livre), e a partir dos resultados foram selecionados os 5 vídeos com mais visualizações, por um critério de relevância, para uma análise qualitativa do repertório simbólico e discursivo dos produtores e do público, discutida a seguir.

O trabalho será apresentado da seguinte maneira. Em primeiro lugar realiza-se uma apresentação geral do Movimento Brasil Livre (MBL), recuando à sua fundação, apresentando o perfil social de seus fundadores, caracterizando seu ‘programa’, e suas ações e produções. Na sequência da parte um, ainda procuramos articular de forma mais sistemática a elaboração da noção de antipetismo procurando relaciona-lo ao MBL com vistas ao nosso objetivo geral.

Em seguida, realizam-se dois balanços bibliográficos. Em primeiro lugar, a respeito da literatura sobre o tema do petismo e do antipetismo orientado por dois eixos principais: de um lado, as relações entre petismo, mídia e circulação da informação; e, do outro, os partidos, os movimentos sociais e a identidade eleitoral. Em segundo lugar a respeito da “nova-direita”. O primeiro balanço objetiva caracterizar a especificidade do antipetismo do MBL, e o segundo, situá-lo no conjunto das chamadas “novas-direitas” no Brasil.

Por fim, em apêndice, são apresentadas integralmente as análises dos 5 (cinco) vídeos no canal do MBL no Youtube com mais visualizações selecionados pela palavra-chave “PT”¹. As visualizações são o critério de relevância utilizado para a seleção desses vídeos, uma vez que nos interessa articular quais são as modalidades representacionais

¹ Vale-se dizer que também foram realizadas buscas pela palavra-chave “Lula” (em referência ao ex-presidente) mas o número total de visualizações era menor do que o relacionado à palavra-chave PT.

que atraem o interesse do público para essas produções em específico, desvelando a constituição do interesse que gera essa atração antes mesmo da visualização. Isso significa questionar o que leva um agente a escolher estes vídeos (já que mais vistos) em detrimento de outros.

2. METODOLOGIA

A partir desses critérios realizou-se uma análise qualitativa dividida em algumas etapas. Primeiro, foram realizadas as análises de cada vídeo separadamente, e em todos procura-se seguir o quanto possível (em alguns vídeos, com as devidas adaptações) o mesmo "procedimento", baseado em alguns pontos comuns:

- Descrição de aspectos-chave no vídeo (quem falando; onde; enquadramento e “cenário” da imagem)
- A situação retratada (Contextualização sobre o que se fala)
- A narrativa acerca da situação (Conteúdo do que se fala, o “enquadramento” da situação)
- Análise conceitual da narrativa (Relacionar o conteúdo do que se fala com a bibliografia levantada principalmente nas plataformas SciELO e DEDALUS)

Num segundo momento, busca-se reintegrar essas análises num mesmo bojo, partindo das características de cada vídeo para traçar pontos comuns e estabelecer uma discussão teórica mais profunda, uma abordagem muito próxima à proposta do método de “análise de conteúdo” como discutido em Bardin (2011) e Silva, Gobbi e Simão (2005).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os vídeos que foram selecionados para a análise a partir dos critérios metodológicos estabelecidos são os seguintes:

VÍDEO 1 – Denúncia: Kim desvenda a manobra do PT no Ceará | por Kim Kataguirí

1.205.385 visualizações em 13/04/2020 / Postado em 07/01/2019.

<<https://www.youtube.com/watch?v=nYpByRGEzWE>>

VÍDEO 2 – Golpe de Estado: O plano de Haddad. | por Kim Kataguirí (SEM REFERENCIA SOBRE PT NO TÍTULO MAS SIM NA ‘CAPA’ DO VÍDEO)

1.181.709 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 30/09/2018.

<<https://www.youtube.com/watch?v=19eET3UFBp0>>

VÍDEO 3 – Kim Kataguirí detona manifesto de artistas pela "democracia" (SEM REFERENCIA SOBRE PT NO TÍTULO, MAS SIM NA ‘CAPA’ DO VÍDEO)

626.292 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 24/09/2018.

<<https://www.youtube.com/watch?v=mz6hFVw-6uE>>

VÍDEO 4 – PT CAIU NA ARMADILHA! ENTENDA | Por Renan Santos

463.052 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 04/04/2019.

<<https://www.youtube.com/watch?v=5C-VnZdDudo>>

VÍDEO 5 – TUTORIAL: como vencer o PT no segundo turno. | por Renan Santos

455.002 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 26/09/2018.

<<https://www.youtube.com/watch?v=NLqluSyxBFw>>

Para dar uma noção sintética dos resultados encontrados nesse primeiro movimento analítico, da abordagem mais detida de cada vídeo em particular, primeiro cumpre destacar a importância do conceito de “enquadramento” como trabalhado em Messenberg (2017) que articula o conceito a partir de Goffman (1986) e em Azevedo (2018) como a base dessa primeira coleta de dados. Isso posto, encontramos fortes traços

de narrativa *conspiracionista*, sobretudo nos vídeos 1 e 2, que pode ser bem ilustrada pelas seguintes passagens dos vídeos 1 e 2 respectivamente:

“(...) o que está acontecendo no Ceará hoje, todo esse caos (...), essa violência, toda essa criminalidade não é por acaso, **é de caso pensado, há um cálculo, é um planejamento, é uma estratégia política absolutamente nojenta** que está sendo levada em frente pelo governador petista (...) é um jogo de xadrez, repito, sendo jogado um vidas humanas e se a gente não **expor a estratégia do rei**, do petista, o governador Camilo Santana vai ser um **xeque-mate do PT**” (KATAGUIRI, 2019)

“Gente, é **basicamente esse o programa do Haddad**, é assustador, é totalitário, quer regulamentar imprensa pra censurar as estruturas de comunicação; quer convocar constituinte pra ampliar os poderes do executivo e fazer uma ditadura; quer convocar um monte de plebiscito como Maduro faz na Venezuela, pra vencer na base da fraude, pra passar por cima do Congresso Nacional; criar conselhos populares aparelhados completamente com sindicato, com MST, com MTST, basicamente pra passar por cima do Congresso Nacional; dar televisão e rádio pro MTST, pra UNE, pra todos esses movimentecos (sic) aí que apoiam o governo; regulamentar e burocratizar o agronegócio; criar política de cotas pra tudo; aparelhar o Ministério Público (MP), aparelhar o Judiciário, acabar com o tecnicismo, acabar com o profissionalismo do MP e do Judiciário, democratizando tudo, jogando pra barbárie (...) acabando com as instituições brasileiras. **Se o PT vencer não sobra uma instituição brasileira e isso não sou eu que estou dizendo, é o programa de Haddad com Manuela D’Ávila de vice**. Então, por favor, eu suplico, espalhe esse vídeo pros seus amigos, mostre, baixa, põe no whatsapp, espalha no grupo da família, mostra pra todo mundo, não precisa acreditar em mim, tá lá no site do TSE o programa do PT, tá no site do PT o programa do PT, **está nas palavras que eu li, não inventei nada, não estou supondo nada, não é a minha opinião, é o que tá escrito**, (...) e se está tão escancarado assim, no mínimo eles pretendem implementar, então vamos ficar atentos porque a gente tá em uma das eleições mais importantes da história do nosso país. **Ou a gente se livra de vez desse mal, desse câncer da esquerda totalitária brasileira, ou definitivamente a gente vai virar uma Venezuela**” (KATAGUIRI, 2018)

Encontramos também, sobretudo no vídeo 3 e em menor medida no vídeo 4, alguns traços do que alguns autores trabalham como “informação de combate” (RIBEIRO, ORTELLADO, 2018), uma discussão recente que se aproxima das temáticas sobre *fake news*, e sobre as novas características de circulação do conteúdo político nas mídias sociais, a influência dos algoritmos, das plataformas (EDOARDO, 2018) e dos “grupos de proximidade” (SILVEIRA, 2015) na produção e circulação desses conteúdos. O vídeo 4 ainda abre uma boa possibilidade para pensar a atuação do que autores denominam *think tanks* (ROCHA, 2015; MORAES, 2015) no espaço político e de produção ideológica no Brasil contemporâneo, e suas proximidades com movimentos (como o MBL) que tiveram forte influência nas manifestações a favor do impeachment de Dilma em 2016. O vídeo 5 ainda nos proporciona um excelente material sobre a

construção do imaginário de um segmento da nova-direita a respeito da imagem do “petista”, e da “autoimagem” que gera um vínculo de identificação entre produtores e público, como o trecho a seguir pode ilustrar brevemente:

“(…) vá, trabalhe, converse. De novo, **não aquele petista doente, mas sim aquela pessoa que acha que o Lula melhorou a vida deles, aquela pessoa que foi enganada**, aquela pessoa que não está votando de má fé, aquela pessoa que quer melhorar as condições materiais da vida dela, aquela pessoa que faz um voto inclusive racional no PT: ‘ora, se minha vida era boa e agora minha vida é ruim, é porque o Lula me ajudou’. Convença-os do contrário” (SANTOS, 2018)

Com esse material do primeiro nível de análise (estabelecimento dos enquadramentos de cada vídeo) em mãos, nossa busca foi por estabelecer as conexões com uma bibliografia que pudesse dar uma base de interpretação mais profunda para o material empírico coletado, bem como sustentar a relação desse material com o objeto de pesquisa e um problema teórico mais geral. Apresentamos a seguir essa literatura pesquisada, primeiro, apresentando o Movimento Brasil Livre, e depois a respeito dos temas sobre petismo e antipetismo, e sobre a nova direita.

3.1 APRESENTAÇÃO DO MBL

3.1.1 Quem/quando fundou?

O Movimento Brasil Livre (MBL) surge inicialmente como página no facebook no dia 17 de junho de 2013, dia dos primeiros protestos de nível nacional nas chamadas ‘Jornadas de Junho’, apesar da diferença de pauta em relação ao Movimento Passe Livre – sendo o MBL defensor da privatização do transporte coletivo – que é considerado um dos principais articuladores destas manifestações antes de atingirem seu estopim e as pautas se diversificarem. O artigo de Silva (2018) retoma a fala de Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade (EPL)² que afirma que o MBL, inicialmente, foi “uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS)”. (SILVA, 2018, p.87). Apesar da visibilidade ganha pelos protestos organizados em São Paulo alguns anos depois, o Movimento surge fora do sudeste, sendo que “o primeiro ato convocado ocorreu no dia 20 de junho de 2013,

² Conforme nota de rodapé de Silva (2018, p.87) o EPL poderia ser interpretado como “uma versão do think tank conservador estadunidense Students for Liberty, caracterizados como libertários e antipopulistas”.

uma “Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo” na cidade de Natal, Rio Grande do Norte”, e o primeiro protesto em São Paulo ocorre apenas no dia 01 de novembro de 2014. Contudo, o deslocamento é fundamental, já que com a chegada em São Paulo, o Movimento ganha visibilidade nacional e midiática, através de agentes como Kim Kataguirí, Renan Santos, Fernando Holiday, e marginalmente, Arthur do Val, entre outros, passando a incorporar aspectos de relativa profissionalização gradualmente.

Na análise do contexto histórico, autores conectam o surgimento do MBL à emergência de uma corrente ‘contra hegemônica’ que passa a se articular a partir de 2006 contra ideais desenvolvimentistas e de centro-esquerda que predominaram na política institucional dos países da América Latina nos anos 2000, incluso, evidentemente, o Brasil. Essa corrente que se propõe a disputar o campo da produção ideológica se articula predominantemente através da atuação de *think tanks* “ativistas” ligados ao Atlas Network e pequenas células de propaganda liberais e ultraliberais, que surgem como forma de construir uma nova hegemonia política à nível institucional e cognitivo (MESSENBURG, 2017; SILVA, 2018). O espaço onde essa disputa se estabelece de maneira mais explícita e predominante é a internet, através das novas redes sociais e plataformas digitais. As próprias Jornadas de Junho de 2013, e as campanhas e convocações de protestos dos grupos de orientação à direita pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016 servem pra ilustrar a concretude e os efeitos potenciais da influência do ativismo digital na contemporaneidade. Autores destacam ainda que o ativismo do MBL, apoiado pelos *think tanks*³, consolida relativa visibilidade e influência nas mídias digitais e no debate público também durante a disputa eleitoral de 2014, com seu apoio não-declarado à Aécio Neves, e na produção de memes e representações baseados na desconstrução de figuras ligadas ao PT e na deslegitimação do pensamento de esquerda.

3.1.2 Programa

Em sua página no Facebook (<www.facebook.com/mblivre>) o MBL apresenta-se como uma entidade

³ Para mais detalhes acerca do financiamento dos *think tanks*, Cf. MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

“sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado e a Redução da Burocracia.” (MESSEMBERG, 2017, p.627)

Considerando a proximidade que em sua origem o MBL tem com os *think tanks* liberais, pode-se compreender que o centro de suas discussões e produções gire em torno dos mesmos temas, quais sejam, “cortes nas políticas sociais, privatização de serviços públicos, políticas de “escolha de escolar”, desregulamentação trabalhista e ambiental, corte de impostos, diminuição do governo” (MORAES, 2015, p. 245). Ainda conforme outra autora estudiosa dos *think tanks* liberais contemporâneos, estes possuem, de maneira geral, um “parentesco ideológico com os intelectuais e ativistas que compuseram a chamada “nova direita” britânica e norte-americana dos anos 1980” (ROCHA, 2015, p.262), de forma que, apesar de suas relativas diferenças, tendem a unificar-se

em torno da defesa de uma ideologia de mercado baseada na liberdade individual e no Estado mínimo que conecta a liberdade humana às ações racionais e autointeressadas dos atores em um mercado competitivo, e procuram combater de forma sistemática ideologias e práticas consideradas como “coletivistas”, o que inclui praticamente toda e qualquer forma de socialismo (ROCHA, 2015, p.262)

Apesar destes temas ocuparem um lugar central nas produções do MBL, o Movimento não se trata exatamente de um *think tank*, sendo a internet o foco da sua atuação, e sua visibilidade dependente da viralização, o que condiciona bastante de sua produção à reação, ao *feedback* e às demandas de seu público. Essa dependência da visibilidade é a hipótese que alguns intérpretes (Cf. Silva, 2018) formulam para tentar compreender a aproximação do MBL em relação às pautas do conservadorismo, por essa interpretação considerada mais como estratégia de viralização e agregação de público do que como apego moral/ético a esses valores. A retórica conservadora, no estado atual do campo da produção ideológica, combina elementos de uma lógica institucional punitivista, e de uma lógica cultural tradicionalista. Solano, Ortellado e Moretto (2017) procuraram circunscrever essa retórica em seus principais temas componentes, dando um bom indício da lógica que opera no campo conservador, através de *surveys* realizados em atos/manifestações de rua de grupos conservadores e de direita. Algumas dessas ideias-força são as seguintes

Precisamos punir os criminosos com mais tempo de cadeia, A pena de morte deve ser aplicada para punir crimes graves, Menores de idade que

cometam crimes devem ir para a cadeia, O cidadão de bem deve ter o direito de portar arma, Os direitos humanos atrapalham o combate ao crime, O lugar da mulher é em casa cuidando da família, A união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, Fazer aborto é sempre errado, As escolas deveriam ensinar valores religiosos, Os valores religiosos deveriam orientar as leis, O bolsa-família estimula as pessoas a não trabalhar. (SOLANO, ORTELLADO, MORETTO, 2017, p.3)

Temos, portanto, que o repertório do Movimento é diversificado, de maneira a permitir uma atuação “maleável e fluída” (SILVA, 2018), onde se articulam tais recursos conforme o contexto e a leitura que o MBL tem da demanda de seus ouvintes. Yamamoto e Moura (2018, p.167) retomam o estudo de Marilena Chauí (2007) sobre o nacionalismo brasileiro, onde é possível “identificar elementos narrativos de proveniência cristã em coletivos ufanistas, uma regularidade discursiva que estrutura um sistema de significação”, para constatar que o mesmo ocorre também no caso do MBL, onde

essa narrativa comparece no delineamento messiânico e voluntarista de seus enunciadores para o ordenamento do rebanho, ou seja, sua disposição enquanto protagonista ou liderança necessária para a emergência de um novo país.

3.1.3 Ações, produções e espaços de atuação

O MBL é um movimento que atua sobretudo através das redes sociais digitais. Em consultas realizadas em 30/06/2020, a página do Movimento no Facebook⁴ possuía 3.012.065 curtidas e 3.228.748 de perfis seguidores. No Twitter⁵ sua página possuía 483,6 mil seguidores. No Instagram⁶ são 733 mil seguidores. E em seu canal no Youtube⁷, que é o foco nesse estudo, são 1.027.000 de inscritos, tendo um total de 240.444.594 *views* em 2.044 vídeos postados⁸, tendo sido criado em 17/10/2014.

Em efeito comparativo, os dados revelam uma influência crescente do MBL nessas redes sociais, expresso pelo crescimento do seu público baseado no número de likes/inscritos que possuem nas respectivas plataformas. Em levantamento feito por

⁴ <<https://www.facebook.com/mblivre/>>

⁵ <<https://twitter.com/MBLivre>>

⁶ <www.instagram.com/mblivre/>

⁷ <<https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAOg3AOCCFDcoYw>>

⁸ Consulta em 30/06/2020. Dados disponibilizados pelo Youtube e pela Plataforma online *Social Blade*. Disponível em: <<https://socialblade.com/youtube/c/mblivre>>

pesquisadores no ano de 2016 (YAMAMOTO; MOURA, 2018), o canal do Youtube do MBL contava com 18.529 inscritos e 1.650.000 *views*. No facebook, na mesma época, sua página no facebook possuía por volta de 1.500.000 curtidas.

De maneira geral, além de procurar organizar manifestações de rua através dessas redes – uso que foi muito forte entre 2015 e 2016 na organização dos atos pelo impeachment de Dilma Rousseff, mas que diminuiu nos anos seguintes – o MBL realiza postagens quase diárias, no formato de comentários, reações, opiniões e ‘análises’ de tópicos os mais diversos que surgem na discussão pública, sejam ligados ao campo político, econômico ou cultural.

3.1.4 Antipetismo e MBL.

O trabalho de Marcelo Alves dos Santos Jr (2016), “Vai pra Cuba!!! A Rede Antipetista na Eleição de 2014” propõe excelentes reflexões sobre o tema do antipetismo e suas articulações. O antipetismo, conforme autor, é um fenômeno que “surge em meio a diversos processos sociopolíticos que se entrelaçam e que ganham formato e substância peculiares de acordo com os acontecimentos políticos contemporâneos” (DOS SANTOS Jr, 2016, p. 8). Ainda segundo autor (*idem.*), o fenômeno conforma uma “perspectiva analítica multidimensional que opera a partir de três referências negativas: antipartidarismo, antiesquerdismo e antiestablishment”. O espaço referencial de produção e circulação dos conteúdos do antipetismo, é a chamada Rede Antipetista, um “ecossistema que existe nas mídias sociais no qual convivem e disputam espaço agentes com diferentes lógicas” (DOS SANTOS Jr., 2016, p. 15). O autor aponta para cinco pontos principais a partir dos quais a tríade do antipetismo se reflete nas ideias da Rede Antipetista: “(1) teoria da ilegalidade do PT, (2) Vai pra Cuba; (3) ditadura comunista do PT; (4) fraude eleitoral; e (5) ambivalência quanto ao PSDB” (DOS SANTOS Jr., 2016, p. 19).

Estudiosos do tema parecem convergir na proposição de que o antipetismo não orbita em torno da *defesa* de alguns valores circunscritos, mas no *ataque* e desconstrução dos valores políticos da oposição em geral. Nesse sentido, Dos Santos Jr. (2016, p. 84) afirma que “o antipetismo não se afirma positivamente a partir da defesa de um conjunto de valores, mas como um discurso antagonista não uniforme, que se estabelece por meio da negação de três referências básicas: partido, esquerda e establishment”. Essa assertiva também pode ser identificada em outros trabalhos sobre o mesmo tema, como o de Solano, Ortellado e Moretto (2017, p. 44), onde o antipetismo é tido como “uma

identidade não propositiva ou não afirmativa, construída no plano relacional, na negação da identidade alheia, seja, principalmente, o petismo, ou a política tradicional”. Já Tatagiba e Galvão (2019, p.87) procuram destacar o fato de que a contestação da legitimidade do resultado das eleições de 2014 por parte de Aécio Neves (PSDB), constituiu o “momento que as críticas difusas à corrupção e ao funcionamento da democracia representativa convergem para o antipetismo”.

Muitos dos agentes atuando na Rede Antipetista tendem a representar-se e apresentar-se como ‘outsiders’ da ‘política tradicional’, fundindo a representação dessa à do Partido dos Trabalhadores (PT) (esquerda como *status-quo* ou *establishment* político) e de ambos à corrupção sistemática, sendo eles, os antipetistas, portanto, “adversários do que chamam de corruptos, incompetentes, cínicos, fisiologistas e irracionais” (DOS SANTOS Jr., 2016, p. 102). Essa estratégia conforma uma lógica discursiva que trata de um declínio da democracia, o que, conforme autor, visa “aproximar sua retórica à dos movimentos antiautoritários”

Dessa maneira, a Rede Antipetista se reconhece de fora do sistema institucional e fundamenta sua autorrepresentação a partir de quatro estratégias da retórica antiestablishment:

- (1) novidade: pequenos movimentos marginais que são incipientes e não corrompidos pelo poder;
 - (2) hostilidade: estilo de oposição agressivo e confrontacional;
 - (3) vitimização: se colocam como alvo e inocentes, explorados pela classe política governante;
 - e (4) populismo carismático: insere-se em um ponto de vista cotidiano e personalista.
- (DOS SANTOS Jr., 2016, 102-103)

Em síntese, o autor argumenta que “o antipetismo é uma forma política que assume contornos radicais nas mídias sociais e opera a partir de lógicas de guerrilha e de construção de um inimigo comum” (DOS SANTOS Jr., 2016, p. 107). No prosseguimento do argumento, o autor destaca que o comportamento discursivo desses agentes, em geral, “toma contornos ambivalentes e pouco sofisticados, fazendo uso de recursos como retóricas da intolerância, paranoicas e conspiratórias”.

Apesar do argumento do autor de que a Rede Antipetista seria um movimento que “opera à margem e como contraponto ao sistema institucional” (DOS SANTOS Jr., 2016, p. 107) há que se ter em vista que diferentes agentes que nela atuaram/atuam, alavancaram posições políticas institucionais, em especial nas eleições de 2018, como por exemplo alguns dos agentes ligados ao MBL – Kim Kataguirí (Deputado Federal, DEM-SP);

Arthur do Val (Deputado Estadual, Patriota SP) – bem como atuantes de outros segmentos da Rede, como o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), que inclusive já ocupava o cargo de deputado desde 1991.

Tendo em vista a heterogeneidade de agentes, interesses e estratégias que abarca a Rede Antipetista, e conseqüentemente, das diferentes significações a que o antipetismo pode estar imbuído, vamos procurar, neste trabalho, descrever e analisar a forma específica pela qual um desses grupos da Rede Antipetista, o Movimento Brasil Livre (MBL), se apropria, articula e representa o antipetismo, e com vistas a qual objetivo.

A escolha do MBL em específico se justifica a partir de alguns pontos. Como destacamos antes, o grupo cumpriu papel de destaque nas manifestações de 2015 e 2016 que contribuíram no desgaste da imagem de Dilma Rousseff e culminaram no seu afastamento do Poder Executivo (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Também foram relevantes nas eleições de 2018, onde (como em 2014) visaram (des)construir a imagem pública de figuras ligadas à esquerda, de forma a prestar importantes contribuições à eleição de Jair Bolsonaro (com o qual o Movimento rompeu atualmente), e de seus próprios integrantes para cargos no Congresso Nacional. Além do fato de que o MBL é uma célula da direita ainda bastante ativa nas redes sociais e, como os números gerais de suas páginas online mostraram no tópico anterior, seus seguidores cresceram nessas redes nos últimos anos – apenas no Youtube o canal do MBL ganhou perto de 982.000 inscritos (que recebem regularmente as postagens e atualizações no canal) entre 2016 e 2020.

Com vistas, então, ao cumprimento de nosso objetivo geral, o primeiro passo de nosso trabalho visa compreender os *enquadramentos* (MESSEMBERG, 2017; AZEVEDO, 2018) do antipetismo pelo MBL no recorte dos 5 vídeos com mais visualizações relacionados à palavra-chave “PT” em seu canal no Youtube. De maneira geral, e preliminar, podemos compreender os enquadramentos enquanto estruturas cognitivas que organizam e procuram direcionar a interpretação dos sujeitos sobre temas variados, compondo-se a partir de “crenças, atitudes, valores e preferências, bem como de regras a respeito de como ligar diferentes ideias” (MESSEMBERG, 2017, p.47). A perspectiva de Azevedo (2018) a respeito dos enquadramentos é bastante próxima dessa interpretação, podendo-se compreendê-los enquanto uma seleção ou como recortes de traços de uma situação específica, buscando realçá-los, de maneira a produzir uma representação e uma potencial interpretação particular de uma dada situação. Ambos os autores convergem em destacar o papel íntimo dos enquadramentos com a circulação da

informação (sobretudo a respeito da política) através das mídias na contemporaneidade, seja através dos grandes veículos de imprensa tradicionais, como é o foco do estudo de Azevedo (2018), seja através das redes sociais, conforme argumento de Messenberg (2017).

A partir da descrição e compreensão dos enquadramentos objetivos do antipetismo pelo MBL, apreendidos à nível discursivo, por meio dos vídeos selecionados, o segundo passo de nosso trabalho busca relacionar esses conteúdos ao princípio estrutural de sua articulação.

Como Bourdieu (2007a) procura explicitar em “A Distinção”, as respostas às questões políticas nem sempre derivam de julgamentos elaborados a partir de critérios exclusivamente políticos. Segundo o autor, as condições de produção de um julgamento estritamente político têm íntima relação com a condição de classe dos sujeitos⁹, representada em especial pelas condições materiais de existência (que fomenta as condições de afastamento das preocupações com as necessidades mais urgentes) e da formação escolar “capaz de proporcionar os instrumentos do controle simbólico da prática, ou seja, da verbalização e conceitualização da experiência política” (BOURDIEU, 2007a, p. 392). A partir disso, o autor estabelece uma oposição chave entre, por um lado, a sistematicidade da lógica do “partido”, espécie de axiomática política – uma “linha” ou um “programa” – conforme autor, um “sistema de princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis do controle lógico e da apreensão reflexiva” (idem.), e, por outro lado, a sistematicidade objetiva das práticas produzidas a partir de um princípio implícito (conforme autor, adquiridos por simples familiarização, fora de qualquer inculcação explícita, e acionados segundo o modo pré-reflexivo), julgamentos elaborados a partir dos princípios inconscientes do *ethos*, espécie de intuição ética, resultado da prática (ou da experiência, da trajetória, estruturadas sobretudo pela posição social) (idem.). Ainda conforme argumento do autor, a *opinião política* trata-se de uma “ideia-força, contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica” (BOURDIEU, 2007a, p. 387).

⁹ Nunca é demais lembrar que isso não quer dizer que exista uma determinação mecânica entre condição de classe e tomadas de posição política, tratando-se de grande equívoco atribuir uma posição política essencializada (como que espontânea, natural) à uma classe social.

Aqui se revela uma homologia interessante entre o espaço de produção das opiniões políticas e o polo de circulação ampliada do sistema cultural, ou seja, a indústria cultural: ambos necessitam da ampliação constante de público para suas produções.

Dessa forma, articulada dentro dos espaços de circulação da indústria cultural, a retórica agressiva, hostil, denunciatória, característica dos grupos que compõe a chamada Rede Antipetista (bem como outros segmentos da direita contemporânea), em geral, de efeito moralizante – raramente mesclando um conceito técnico, em nome de um efeito de legitimidade típico da mimese que a Indústria Cultural opera do polo erudito (BOURDIEU, 2007b) – serve portanto como estratégia de agregação de público para esses grupos.

Isso porque, retirando os aspectos propriamente políticos (vamos chamá-los de “técnicos”) da produção da opinião política, e colocando a discussão no terreno moral/ético, a política torna-se cognoscível para os segmentos do público mais destituído de capital cultural e escolar¹⁰, que, justamente pelo motivo de sua exclusão/marginalização (ou de uma experiência exígua, precária) nos espaços de produção do conhecimento (sobretudo as instituições de ensino) e dos espaços de decisão política (coletivos de militância, instâncias representativas, etc.), não possuem, ou possuem de forma bastante parcial (ou distorcida), o domínio dos aspectos “técnicos” que compõem os conhecimentos específicos incipientes a discussão política¹¹

Explicitando melhor: ao articular no “imaginário público” (sobretudo a partir da capacidade de agendamento midiático) uma *doxa*¹² onde "PT/esquerda" e "corrupção" são sinônimos, gera-se um constrangimento ético de rejeição a estes, sob pena de, ao "defender o PT" estar defendendo a "corrupção". É justamente esse o processo que pode ser traduzido como elaboração/produção de opiniões políticas a partir de critérios que não

¹⁰ Capital escolar no sentido de tempo de exposição às instituições de ensino.

¹¹ Esses aspectos técnicos respondem à domínios específicos. Apenas para ilustrar com alguns exemplos: geopolítica; funcionamento e história das instituições; macroeconomia; estratificação social; história, atuação e demandas dos movimentos sociais; etc. Evidentemente, os sujeitos os conhecem (e desconhecem) de forma diversa, conforme suas trajetórias e envolvimento específicos.

¹² “O conceito de *doxa* substitui, dando maior clareza e precisão, o que a teoria marxista, principalmente a partir de Althusser, denomina “ideologia”, como “falsa consciência” (Bourdieu e Eagleton, 1996:267). A *doxa* é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo. Bourdieu adota o conceito tanto na forma platônica — o oposto ao cientificamente estabelecido —, como na forma de Husserl (1950) de crença (que inclui a suposição, a conjectura e a certeza). A *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (Bourdieu, 1984:82).” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37). Cumpre destacar ainda, que “a mesma *doxa* não é compartilhada por todos os indivíduos” (...), e que a *doxa* “que pode eventualmente assumir a forma sistemática de um discurso ideológico – a “opinião”, expressão e reflexo “democráticos” do povo – tem a propriedade de acumular os lucros do rigor e os da evidência” (ibid. p159)

são (ao menos exclusivamente) políticos. Ou, de gerar uma resposta a uma questão política através de um constrangimento da intuição ética que compõe o *ethos* prático dos sujeitos (nesse caso, a proposição ética de que a corrupção é um crime e que por isso sua rejeição gera adesão imediata, irrefletida, ou ainda inúmeros outros exemplos: a esquerda é contra a família por ser a favor de direitos LGBTQI+ e do aborto; a esquerda cria uma oposição racial que não existe ao discutir o racismo; a esquerda é a favor da fome e da miséria econômica) pensando no desapossamento que uma fração numerosa de sujeitos tem em relação aos instrumentos de decodificação da discussão política como um domínio específico.

O processo recente de construção da *doxa* "PT/Esquerda = Antiética/Crime/Corrupção" tem dois momentos-chave, refletidos em escândalos midiáticos, e com efeitos diferentes. O primeiro é o Mensalão (2005), que parece não ter atingido o objetivo por completo, mas gerou um efeito importante de transformação nas bases eleitorais do petismo, como destaca Singer (2009): o afastamento das classes médias em relação ao PT, e a aproximação do que o autor chama de subproletariado. Esse efeito é importante porque justamente as classes médias, em seus diferentes segmentos, desempenham um papel importante como público dos novos agentes políticos (não só) da direita nesses novos espaços de circulação da informação (dada sua relativa maior facilidade de acesso às novas tecnologias digitais, e a sua nova 'demanda' por tomadas de posição política), bem como compondo as manifestações de rua pelo impeachment de Dilma (que se correlaciona mais com o nosso segundo momento-chave). O segundo momento fundamental é a instauração da Operação Lava-Jato (2014) e os escândalos envolvendo a Petrobrás e grandes empreiteiras do país. Isso porque, o que podia ter ficado em dúvida para os mais céticos em relação ao Mensalão quanto ao PT ser um partido corrupto, aqui já possui a aparência de algo mais concreto, seja pela reincidência (um segundo grande caso de corrupção envolvendo o partido), seja pela relação que se esforça em estabelecer entre corrupção e uma crise econômica que passa a se desenhar por meados de 2014, seja ainda pelo (até então) difuso sentimento de insatisfação política que já permeava o país pós 2013.

Na produção do discurso (...) sobre o mundo social, assim como na definição de uma linha de ação política sobre esse mundo, é o *ethos* de classe que fica encarregado de suprir as insuficiências da axiomática e do método (ou o controle insuficiente desses instrumentos de pensamento e ação). (BOURDIEU, 2007a, p.393-394)

E aqui, entra um processo de mão dupla, que se afere tanto sobre o público, quanto sobre os produtores, típico das produções da indústria cultural: a promoção sistemática da *alodoxia*¹³ cultural. Por um lado, a delegação que o público presta aos produtores nessa corrente, gera nestes a sensação de legitimidade da auto constituição como ‘partido’, ‘linha’ ou ‘programa’, da detenção do monopólio da produção dos princípios de produção da opinião política, ou seja, constituem-se (dentro deste circuito de pessoas, ou seja, para si mesmos e para seu público) como produtores de opiniões políticas legítimas, ainda que não produzam opiniões propriamente políticas. Por outro, a tradução dos problemas políticos ao plano da experiência comum, “à qual se aplicam diretamente os esquemas inconscientes do *ethos*” (BOURDIEU, 2007a, p. 404), operada por esses produtores, permite ao público destituído das condições de produção de uma opinião propriamente política a articulação de uma resposta (moral/ética) a um problema político, com a sensação de adesão ao ‘partido’, ‘linha’, ‘programa’. Isso quer dizer, o princípio gerador da tomada de posição política, nesse circuito, é um princípio de constrangimento inconsciente¹⁴ (isso quer dizer, pré-reflexivo) que é o produto de uma construção sutil, mas eficiente e sistemática, que passa por uma ampla gama de agentes (e consequentemente, de interesses e estratégias) mobilizados em redes sociais, instituições (como igrejas e instâncias de diferentes níveis do poder judiciário), aparatos de imprensa, etc. Temos, portanto, uma identificação (e um ‘match’) entre esses produtores e consumidores a partir da sua posição homóloga de dominados no campo do poder¹⁵ (os produtores, por ocuparem a posição de dominados no campo de produção intelectual ou pela exclusão dos espaços de decisão política, ou mais especificamente por não constituírem, até então, um público nesses espaços; e os consumidores, pela exclusão/privação dos instrumentos de produção da opinião política autônoma e crítica).

Mas existe ainda uma condicionante que subjaz à nível estrutural a adoção dessas estratégias (os enquadramentos discursivos, e a atuação conforme os espaços da indústria

¹³ “ (...) trata-se de erros de identificação bem montados para dar aos que deles são vítimas a ilusão da ortodoxia cultural, erros autorizados e mesmo encorajados pelo que se poderia designar a “cultura símile”, substituto degradado e desclassificado (no duplo sentido do termo) da cultura legítima e capaz de propiciar a ilusão de ser digno de um consumo legítimo embora permaneça mais acessível do que os bens culturais que de fato pertencem à ordem legítima. (BOURDIEU, 2007b, 144-145)

¹⁴ “Para Bourdieu, o inconsciente resulta, fundamentalmente, de um duplo trabalho da história: a história coletiva, que produz nossas categorias de pensamento e a história individual, por meio da qual essas categorias nos são inculcadas a despeito de nossa vontade.” (MONTERO, 2017, p.233)

¹⁵ Ou seja, “o espaço em que se estabelece o valor relativo dos diferentes tipos de capitais que proporcionam um poder sobre o funcionamento dos diferentes campos” (DENORD, 2017, p.76)

cultural) por parte dos agentes da Rede Antipetista: a disputa do campo de produção ideológica. Conforme Bourdieu (2007a, p.372), este pode ser definido como

universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima

O antipetismo pode ser interpretado portanto, como uma estratégia de disputa do campo de produção ideológica (uma tomada de posição), que ganha contornos mais nítidos a partir de 2015 com as manifestações pelo afastamento da presidente Dilma, emergindo das transformações que já estavam latentes neste espaço da produção ideológica ao menos desde 2013, com as Jornadas de Julho, e um difuso sentimento de insatisfação política que é canalizado justamente por agentes como os da Rede Antipetista para a imagem do PT, da esquerda em geral, a até mesmo do regime democrático em segmentos mais radicais. A perspectiva de que “a direita saiu do armário” (MESSEMBERG, 2017), no sentido de que perde-se gradualmente a ‘vergonha’ de se autodeclarar de direita¹⁶, ilustra bem a percepção da condição de dominados no campo da produção ideológica à que esses agentes estiveram submetidos por boa parte das duas primeiras décadas do século XXI, durante os governos de esquerda na América Latina, dado que o campo da produção ideológica reproduz a estrutura do campo político¹⁷ segundo sua lógica particular (BOURDIEU, 2007a, p. 404).

Dessa forma, com vistas a disputa da posição dominante no espaço da produção ideológica¹⁸, passam a se constituir *think tanks* e pequenas células de propaganda política de direita ao menos desde 2006 no Brasil (ROCHA, 2015), passo embrionário, mas que tem relevância na constituição da Rede Antipetista alguns anos depois, que passaria a contar, apenas no Facebook, com um agregado de mais de 400 páginas (FIACADORI; LERNER; PINTO, 2018).

¹⁶ Essa ‘vergonha’ poderia ser compreendida, no contexto, pelo (ainda recente) legado sangrento e repressivo das ditaduras militares latino-americanas e sua associação à ideologia de direita. No Brasil ela se encerrou em 1985, a última ditadura militar a ser dissolvida no continente foi a chilena em 1990.

¹⁷ “Ou seja, campo das lutas de classe comuns ou extraordinárias, disfarçadas ou abertas, individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, etc.” (BOURDIEU, 2007a, p. 404)

¹⁸ Isso quer dizer, à condição de produtor dos instrumentos de pensamento do mundo social e do pensável politicamente, que se define em geral em torno da oposição dos interesses Mercado x Estado; Capital x Trabalho e baseia uma agenda de avanço ou retrocesso de direitos em diferentes áreas, para diferentes públicos.

Assim, somos impelidos a refletir sobre a possibilidade de que a tese da ‘polarização’ política no Brasil signifique apenas o surgimento de uma oposição com capacidade organizativa de disputa dos postulados que até então pareciam dominantes (ou ‘estáveis’) no campo da produção ideológica (um dos pontos germinais desse processo é o antipetismo). Dessa forma o princípio de disputa do campo da produção ideológica baseado em grupos antagônicos, ambos visando a dominação do campo (espaço de produção do "pensável" em termos da política, da "problemática", "agenda" legítima), torna-se mais explícito, uma vez que o aspecto ideológico parece se radicalizar e voltar a exercer um papel estruturante nas tomadas de posição política à direita.

Importante pontuar o papel que o desenvolvimento dos (novos) aparatos comunicacionais no contexto exerce nesse processo. De acordo com Piaia (2018, p.25) apenas entre 2008 e 2017 “a proporção de domicílios com acesso à internet variou de 18% para 61%.”. A ampliação do acesso às novas tecnologias da comunicação e às redes sociais digitais implica em dois processos que se articulam conjuntamente, sendo

i) transformação da comunicação cotidiana na esteira da difusão de novas tecnologias da informação (sobretudo smartphones e redes sociais) e de ii) aproximação entre política e entretenimento com a circulação de informações e temas políticos em formatos humorísticos, imagéticos e conspiratórios, fora dos padrões jornalísticos ou da seriedade de textos e notas oficiais de coletividades organizadas (institucionais ou não). (PIAIA, 2018, p. 23)

As mídias digitais são decisivas, portanto, na construção de uma nova rede de comunicação política e massificação de opiniões e ideias, e sustenta-se que essas tenham tido papel fundamental na organização das Jornadas de Julho 2013 e nos posteriores protestos que ganharam um tom mais à direita a partir de 2015. Como destacam Tatagiba e Galvão (2019, p.63)

Sustentamos que os protestos antecedem a eclosão da crise econômica e que, quando atingem o pico, em 2013, produzem mudanças no contexto político, abrindo oportunidades políticas inéditas para que um conjunto heterogêneo de atores, à direita e à esquerda do PT, manifestasse suas divergências em relação ao governo

3.2 APRESENTAÇÃO PETISMO/ANTIPETISMO

Nessa sessão do trabalho, buscamos realizar um balanço bibliográfico acerca das produções teóricas e empíricas a respeito dos efeitos e realinhamentos causados no espectro político-social no Brasil no decorrer do período das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), retomando, a partir da bibliografia pesquisada, as origens do PT e do petismo, chegando até o momento de sua crise mais recente. A bibliografia sobre o tema parece apontar para dois extratos principais de discussão, que dividem e organizam essa subseção: por um lado, um debate sobre mídia, circulação da informação e agentes políticos (velhos e novos) que atuam nesses espaços, por outro, diferentes discussões sobre partidos, movimentos sociais e identidade eleitoral. Ainda que haja essa distinção, há um fio condutor que atravessa e entrelaça essas duas temáticas numa compreensão mais profunda dos fenômenos do petismo, antipetismo e as novas formatações das disputas políticas.

3.2.1 Mídia e circulação de informação

No texto de Azevedo (2018), a discussão central foca-se em estabelecer conceitos que nos auxiliem na compreensão do papel exercido pela mídia no processo político. Assumindo, e trazendo exemplos de outras pesquisas que demonstram a convergência de interesses entre os grandes grupos midiáticos monopolistas e grupos e frações dominantes da classe política, o autor destaca a influência do que chama de ‘velha mídia’ – jornais e revistas de informação semanal – no processo político, dada sua capacidade de agendamento dos temas do debate público e tendo em vista que, conforme autor, mesmo com a influência exercida tanto pelas mídias eletrônicas (TV e rádio), quanto pelas mídias digitais (internet e redes sociais), um número expressivo das informações que por estas circulam, tem origem nos jornais e revistas impressos (Azevedo, 2018). Portanto, conforme argumento, mesmo não se tratando dos únicos veículos de vinculação da informação, “a imprensa escrita pauta grande parte das questões políticas e as outras mídias repercutem, ampliam e disseminam os temas em debate, realimentando o fluxo de informação” (AZEVEDO, 2018, p.272). Para auxílio da compreensão de como se dá esse processo, o autor articula alguns conceitos, a partir de outros estudos sobre o tema. Entre eles, o conceito de paralelismo político, que conforme autor, nos dias de hoje é marcado sobretudo pelo domínio do jornalismo comercial, e fundamenta-se em especial a partir do

compartilhamento de crenças e valores ideológicos, “de uma causa determinada ou uma agenda política contingencial capaz de associar e produzir convergências políticas entre jornais e partidos” (AZEVEDO, 2018, p.272). Outro conceito que revela-se fundamental na compreensão do processo midiático-político é o de enquadramento. Azevedo (2018) argumenta, com base em outros estudiosos do tema, que o enquadramento trata-se de um processo de seleção, ou recortes de traços de uma situação específica, buscando realçá-los, e com isso produzir uma representação e uma potencial interpretação particular desta mesma situação, de um problema ou questão moral. Outra explicação sobre o conceito de enquadramento expõe este como esquema interpretativo que compõe um ‘centro’ ou um eixo, que organiza a narrativa representacional sobre determinado tema ao longo do tempo, “permitindo, assim, uma articulação de sentido entre eventos e personagens que ultrapassa os relatos episódicos” (AZEVEDO, 2018, p. 274). Desta forma, do conceito de enquadramento, o autor articula outro que pode ser entendido como uma derivação deste, qual seja, o de pacotes interpretativos. Conforme autor, os pacotes interpretativos podem ser compreendidos como uma “ideia organizadora central ou um enredo que produz sentido para o desdobramento de uma série de eventos, promovendo uma conexão entre eles” (AZEVEDO, 2018, p. 274). A base empírica do estudo de Azevedo (2018) se concentra na relação entre os jornais de maior circulação no país – O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo – e a sua relação com o petismo entre 1989 e 2014.

No artigo de Fiacadori, Lerner e Pinto (2018), a atenção volta-se para a mobilização de grupos conservadores e de direita – anti-esquerda e anti-PT – na internet e redes sociais com foco no recorte dos acontecimentos ligados à prisão do ex-Presidente Lula. Os autores chamam atenção para a mobilização destes atores políticos na internet, espaço onde aumentam consideravelmente sua capacidade tanto em termos de divulgação de mensagens, quanto de ampliação de suas bases sociais, ou ainda de divulgação e convocação para manifestações ou atos de rua. Autores ainda chamam atenção, apoiando-se em outros estudos, para a formação de uma rede de mais de 400 páginas (no Facebook) tendo como *ponto forte de seu vínculo a oposição e ataque aos governos petistas*, mas com comportamentos e estratégias relativamente difusas em torno deste objetivo comum, de maneira que identificam-se quatro tendências principais de organização destas células dispersas, quais sejam, “1. páginas cuja principal pauta é o impeachment da presidente Dilma; 2. páginas que atacam o PT e defendem valores conservadores; 3. páginas nacionalistas e anti-comunistas; e 4. páginas religiosas” (FIACADORI, LERNER,

PINTO, 2018, p. 6). No artigo, autores abordam a produção de conteúdo de três páginas componentes desta rede – o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Contra a Corrupção (MCC), e o Movimento Vem Pra Rua (VPR) – realizando a análise, a partir de uso de softwares, dos “mundos lexicais” articulados por cada um destes grupos, guiando-se pela hipótese de que “as três páginas publicam conteúdos diferentes, mas seguem abordagens de oposição e ideais semelhantes” (FIACADORI, LERNER, PINTO, 2018, p. 8), ou, em outras palavras, que apesar das diferenças estratégicas e discursivas dos grupos componentes da rede, estes atuam num espaço com pano de fundo ideológico comum, fundamentado sobretudo na lógica do inimigo comum

No artigo de Mariana Rezende Passos (2018), o foco recai sobre processos de construção representacional e luta simbólica no espaço político contemporâneo. Para tanto, a autora busca articular conceitos como o de ‘mito político’ como construção narrativa, que, conforme explica, “pode ser compreendido a partir de quatro grandes narrativas, quais sejam: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade” (PASSOS, 2018, p.2); bem como o conceito de ‘mídiação’, buscando explicitar o papel chave desempenhado pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, “de modo que esses deixam de ser apenas transportadores de sentidos ou espaços de interação e se tornam matrizes de produção e organização de sentido” (PASSOS, 2018, p.4), tendo em vista, portanto, que nos espaços políticos e de circulação da informação contemporâneos, a disputa pelo poder representa também “uma batalha constante de imagens e narrativas em disputa pela visibilidade midiática”. A autora salienta que nestes novos espaços de discussão pública – sejam eles as redes sociais, ou fóruns, ou blogs – o processo de (des)construção de figuras públicas é constante (Passos, 2018). A autora ainda traz, com base em outros estudos, algumas características chave das mídias sociais contemporâneas, sendo elas

persistência (os conteúdos e informações online são automaticamente registrados e arquivados); *replicabilidade* (o compartilhamento das informações é feito de forma mais rápida, já que elas são constituídas por dados); *escalabilidade* (o enorme potencial de alcance e de compartilhamento das informações); e *buscabilidade* (o conteúdo gerado pode ser encontrado a partir de pesquisa) (PASSOS, 2018, p.9)

Desta maneira, a base empírica do estudo de Passos (2018) é a compreensão do processo de (des)construção da imagem pública de Lula no ano de 2016. A autora endossa

o argumento de Azevedo (2018) discutido anteriormente de que, mesmo com a grande influência exercida pelos novos espaços comunicacionais e a maior mediação do público sobre os conteúdos retransmitidos nas redes, ainda são os grandes veículos de imprensa monopolistas – em especial jornais e revistas – que tem maior capacidade de agendamento do debate público. Ainda é interessante notar, como destaca a autora, que “o conteúdo visual (seja por meio de fotografias ou ilustrações) se compõe como uma das principais estratégias na desconstrução ou construção dos candidatos” (PASSOS, 2018, p.22). No prosseguimento da análise, a autora destaca que a principal faceta da narrativa do mito político empregado pelos usuários do Twitter no recorte de sua análise foi a da conspiração, que corrobora no imaginário coletivo a existência de uma trama, uma ameaça (Passos, 2018). Conforme autora, com base em outros estudos, “a narrativa da conspiração estabelece força a partir de uma ruptura no imaginário coletivo que faz com que todos estejam unidos contra um “mal” exterior” (PASSOS, 2018, p.23). Importante também expor que, conforme autora, “houve também disputa de sentidos pela narrativa da conspiração”, ou seja, a narrativa da conspiração ganha tonalidades tanto à esquerda, quando à direita em sua análise. Por fim, a autora argumenta que no caso específico de Lula e sua imagem em circulação nas redes, esta parece sempre passar pelo crivo do ‘heroísmo’ do ex-Presidente, sendo que as narrativas de sua exaltação e edificação corroboram a ideia da ‘ressureição’ do “herói nacional, grande líder, estadista” (PASSOS, 2018, p.27), portanto, do “Lula do passado”, enquanto que as narrativas de desconstrução que o envolvem pregam a morte e o fim desta imagem heroica, contrastando com o “Lula do presente” corrupto e ladrão. Desta maneira, o estudo da autora parece evidenciar uma disputa de narrativas e sentidos, que opera sobretudo pela lógica da conspiração e cria lugares representacionais fundamentados no ideal do ‘inimigo-comum’ ou do ‘outro ameaçador’, de maneira que à direita este ‘outro’ é representado na figura do ex-Presidente Lula – responsável pela crise que atravessava o país – e à esquerda representado em especial “pela mídia hegemônica, o sistema judiciário brasileiro e os partidos de oposição ao PT” (PASSOS, 2018, p.28)

3.2.2 Partidos, movimentos sociais, identidade eleitoral

O artigo de Rafaela Vieira (2012) pretende discutir a história do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como conceito-chave a noção gramsciana de transformismo para analisar o processo que faz o partido “deixar de representar um intelectual orgânico

da classe trabalhadora, e passar a desempenhar o papel de um intelectual da burguesia no seio da classe trabalhadora” (VIEIRA, 2012, p.4). Para isso, a autora retoma o contexto de fundação do PT, que passa a se articular ainda na ditadura militar e no centro das lutas sociais dos anos 1970, de caráter fortemente classista, passando pelo peso da implementação das reformas e políticas neoliberais no Brasil nos anos 1990, somado ao fim do “socialismo real”, que leva os dirigentes do PT, acompanhando um processo de tendência internacional dos partidos de esquerda, à flexibilizar seu projeto político, fazendo a oposição ao capitalismo tornar-se oposição ao neoliberalismo, fundamentando-se não mais a noção disruptiva revolucionária, mas a crença em um capitalismo humanizado (Vieira, 2012) ou ao que pode-se entender por reformismo. Conforme conclusões da autora, o transformismo pelo qual passaram alguns dos grupos dirigentes do PT são, segundo argumento embasado também em outros estudos – e mesmo num explícito pano de fundo conceitual gramsciano – expressão da hegemonia de classe da burguesia dominante (Vieira, 2012), de maneira que “com a falácia do “governo para todos”, a função do governo Lula foi de dotar a classe trabalhadora da visão burguesa de mundo” (VIEIRA, 2012, p.55).

Em *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo* (2009), André Singer busca levantar hipóteses que auxiliem na interpretação do que o autor denomina de realinhamento eleitoral que conforme argumento teria ocorrido na eleição de 2006. O autor aponta que o realinhamento se deu a partir da aproximação e identificação do subproletariado (que haveria até então se mantido distante) à candidatura de Lula, simultaneamente ao afastamento da chamada classe média (que compunha até então uma base eleitoral importante) em relação ao candidato do PT. Singer (2009) busca então explicitar as razões para o acontecimento simultâneo destes fenômenos que se dá, obviamente, na forma de processo dinâmico e cruzado. Por um lado, o autor aponta para o que denomina “cerco político-midiático” em torno do escândalo do Mensalão em 2005 envolvendo lideranças do PT como uma das causas principais do afastamento do eleitor das camadas médias em relação à Lula em 2006. Por outro lado, no período entre 2002 e 2006, conforme argumento do autor, uma série de medidas e estratégias tomadas pelo Governo Federal – entre elas destacam-se políticas de redistribuição de renda encarnadas sobretudo no Programa Bolsa Família; o aumento do salário mínimo e a expansão do crédito popular tendo em vista o crescimento da formalização do trabalho; além da contenção de preços, com enfoque na cesta básica (Singer, 2009) – trouxe em especial aos eleitores de baixa e

baixíssima renda a sensação do aumento do seu poder de consumo, bem como uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, conforme argumenta o autor. Esses elementos, somados à uma moderação do discurso de esquerda mais “radical e revolucionário” seriam os ingredientes explicativos da aproximação dessa fração de classe do proletariado à candidatura de Lula. Isso ocorreria em consequência do fato de que “os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, *evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem*” (SINGER, 2009, p.87). Os subproletários são definidos em texto do autor como aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 2009, p.98). Conforme prosseguimento do argumento do autor, essa fração de classe, devido à atomização à que estão submetidos pela sua posição no sistema produtivo, tem dificuldades estruturais de organizar-se politicamente, o que faz com que tendam a ser constituídos como atores políticos ‘pelo alto’, por autoridades já constituídas que não representam ameaças à ordem. Ao catalisar o subproletariado – que possui peso expressivo como força eleitoral no Brasil, conforme argumento do próprio Singer (2009) – a partir de uma ‘fusão’ discursiva e estratégica que incorpora tanto elementos de manutenção da ordem (como por exemplo a noção de que não é necessário um movimento classista auto-organizado de ruptura com a ordem do capitalismo para a conquista da igualdade) como também elementos progressistas (a noção de que o Estado tem responsabilidades para com as classes e frações de classe mais fragilizadas, de maneira a garantir melhores condições de vida à estes) entra em cena uma nova força político-ideológica, o Lulismo, com novas bases em relação até mesmo ao petismo, já que “Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT” (SINGER, 2009, p.96) como fica expresso pela diferença nos votos em favor de Lula e da bancada federal do partido, já que “Lula foi mais sufragado quanto menor o IDH do Estado, mas a votação da bancada federal do PT manteve-se associada aos de maior IDH” (ibid.), ou seja, Lula foi mais votado nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o PT obteve mais sucesso nas regiões Sul e Sudeste. Fica do artigo de Singer um questionamento sobre o caráter desideologizante e despolitizante, e de arranjo tipicamente populista – “com a união de bandeiras que não pareciam combinar” (ibid.) – que dá as feições do Lulismo, que “achou em símbolos dos anos de 1950 a gramática necessária.” (SINGER, 2009, p.102)

Já em outro texto, André Singer (2015), se propõe a realizar uma discussão acerca de algumas mudanças que teriam ocorrido na estrutura de classes no Brasil no decorrer da década lulista (2003-2013). O foco principal neste artigo é o debate sobre se haveria surgido, durante este período lulista, uma ‘nova-classe média’ no país. A hipótese do autor é a de que o surgimento é de um novo proletariado e não de uma nova classe média, ainda que, seguindo argumento de Singer, o subproletariado não tenha desaparecido ou perdido relevância no Brasil. O autor destaca ainda que este novo proletariado se fez presente nas manifestações de 2013, e que suas tendências em relação ao posicionamento político são marcadas por certa ambiguidade, podendo manifestar-se tanto à direita como à esquerda. Singer (2015) aponta ainda que dentro das frações de classe, pode-se ter desdobrado uma camada que forma uma pequena ‘nova-classe média’, “como se tivessem subido dois degraus em lugar de um” (SINGER, 2015, p.8) à qual os valores ideológicos de direita e de centro – penso que em destaque aparece o ideário meritocrático, que tende à ganhar substância em trajetórias sociais ascensionais – fazem mais sentido, embora, conforme o próprio autor, não se possa descartar a possibilidade de adesão aos valores progressistas, como acontece na própria classe média tradicional (Singer, 2015). Enfim, fica evidente que o argumento de Singer (2015) aponta para certa ambiguidade e incerteza em relação ao comportamento político deste novo-proletariado – expresso sobretudo na figura dos jovens e jovens adultos que entraram no mercado de trabalho na última década – dada a condição de transição em que se encontram. Na conclusão do artigo, com a devida cautela em relação à definição do papel político destas novas frações de classe – o novo proletariado e a nova classe média – o autor aponta que a “experiência histórica mostra que em processos de ascensão individual pode haver uma ruptura rápida com a base da qual se proveio, em troca de uma identificação com o lugar para o qual se quer ir” (SINGER, 2015, p.12)

Lincoln Secco, no artigo “O Lulismo e o Petismo” (2013), se debruça em geral sobre as mesmas questões discutidas por Singer (2009, 2015), diga-se, as transformações das bases de apoio tanto do PT quanto da figura de Lula, e sua relação com alguns realinhamentos no desenho da estrutura de classes no Brasil ocorridas no período dos governos petistas. O autor expõe sobre o abrandamento ideológico que o Partido articula, sobretudo após a chegada ao Governo Federal, que, conforme o próprio autor, “optou por manter-se como oposição interna ao neoliberalismo e não como antagonista radical. Decerto, ele mudou os rumos do país, só que no interior do quadro ideológico dominante”

(SECCO, 2013, p.179). O autor ressalta ainda o importante papel desempenhado pela ‘grande imprensa monopolista’, como direção política da classe média (SECCO, 2013) no escândalo do Mensalão em 2005, gerando adesão significativa destes segmentos médios da população ao discurso contra a corrupção e o “aparelhamento do Estado” (SECCO, 2013). O Autor ainda realiza uma discussão sobre a inclusão social no período Lula ter-se dado através do aumento da capacidade de consumo dos segmentos mais fragilizados da população, questionando o suposto “viés consumista e conservador da “nova” classe trabalhadora” (SECCO, 2013, p.184) que seria consequência deste processo. O autor atenta para o fato da não existência de uma correlação direta e comprovada entre consumo e ideologia política, alegando que, mesmo com a relativa ascensão das classes baixas através do consumo estas teriam absoluta capacidade e possibilidade de manter suas preferências políticas ligadas à percepção de seus interesses. Secco (2013) também chama atenção para a importância das políticas adotadas pelos Governos Lula em relação à miséria extrema, ilustrando que “o número de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza (até um quarto do salário mínimo) caiu de 21,3%, em 2003, para 10,5% em 2008.” (SECCO, 2013, p.184), com a ressalva de que isso não significou uma melhora real na distribuição de renda, já que a concentração do patrimônio continuou, em geral, a mesma. Em outras palavras, ainda que alguns segmentos submetidos à miséria extrema e vivendo abaixo da linha da pobreza tenham melhorado a condição de sua subsistência no período lulista – e que isso represente uma mudança grande na vida de uma fatia considerável da população brasileira – o intervalo, ou o ‘fosso’ existente entre as elites e as classes subalternizadas prosseguiu tendo seu desenho habitual.

A proposta de Wagner de Melo Romão (2018) é realizar uma discussão sobre as alterações da relação entre movimentos sociais e o Estado no Brasil que haveriam ocorrido pela alteração no regime político, representada pelo início do período lulista. O autor chama atenção, com base em outros estudos, para o fato de que “a presença do PT no governo federal foi o acontecimento político maior que fez a literatura voltar suas atenções para formas menos antagônicas de relação entre Estado e movimentos sociais” (ROMÃO, 2018, p.3-4). Com base nisso, o autor enquadra sua discussão a partir de dois aspectos que destaca como fundamentais, sendo o primeiro a forma como atuaram os movimentos sociais – elementos constitutivos do petismo, conforme autor – durante o período lulista, e o segundo, os significados e consequências das manifestações de junho

de 2013 para o lulismo (ROMÃO, 2018). O autor retoma a discussão de Singer (2009), sobre o lulismo como fenômeno de realinhamento eleitoral, e a partir disso propõe uma síntese do lulismo, que conforme argumento, pra além de simples realinhamento eleitoral, “refere-se à articulação de ações de diminuição da desigualdade e da pobreza com manutenção da estabilidade política e da ordem, que comovem o eleitorado pobre e relativamente conservador” (ROMÃO, 2018, p.7). O autor levanta também a discussão, com base em outros estudos, sobre o projeto de crescimento econômico – interessante ao grande capital – baseado na inserção das camadas populares como novas massas de consumidores ao mercado de base nacional (ROMÃO, 2018). De maneira geral, o argumento se concentra em demonstrar que ocorreram alterações na estrutura de oportunidades políticas aos movimentos sociais no Brasil com a chegada do PT ao Governo Federal, já que estes representavam um importante setor componente da fundação do partido. Da mesma maneira, uma alteração no regime político, gerada a partir da crise do lulismo, “abre espaço para a ascensão de forças políticas à direita, que se apresentaram à cena pública a partir de 2013, se fortaleceram nos anos recentes e dificilmente irão se dissipar” (ROMÃO, 2018, p.17).

O artigo de Solano, Ortellado e Moretto (2017) apresenta resultados de *surveys* aplicados em manifestações no ano de 2017, de grupos políticos opostos, diga-se, por um lado apoiadores da Operação Lava-Jato, e por outro manifestantes contrários à Reforma da Previdência, visando o teste da hipótese do fenômeno das guerras culturais ocorrida entre conservadores e progressistas na conjuntura brasileira atual, bem como a hipótese do antipetismo como fator de coesão de um heterogêneo grupo da direita atual. Nas suas conclusões, autores apontam para uma homogeneidade mais consistente entre as respostas dos manifestantes declarados progressistas, especialmente nas questões morais envolvendo as chamadas minorias e sobre políticas de mobilidade social (Solano, Ortellado e Moretto, 2017). Em contrapartida, os pesquisadores apontam que os manifestantes declarados de direita ou conservadores apresentam um grau de dispersão maior, sobretudo em relação às questões morais, tendo em comum a adesão ao punitivismo, a rejeição às políticas de mobilidade, e em destaque, “o antipetismo, que é o *fator que oferece maior coerência interna e identidade ao grupo*” (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p.44). Desta maneira, autores afirmam que os atores entrevistados autodeclarados conservadores ou de direita tendem a conformar “uma

identidade não propositiva ou não afirmativa, construída no plano relacional, na negação da identidade alheia, seja, principalmente, o petismo, ou a política tradicional”

No artigo A Evolução do Petismo (2002-2008), David Samuels (2008), se propõe a discutir se ocorreram e quais foram as transformações geradas no perfil da base de apoio do PT, considerando o tom mais moderado tomado pelas lideranças do partido em relação aos princípios ideológicos de seus anos de formação e fundação, bem como o fato de que historicamente no Brasil “só o PT tem sido capaz de construir e manter uma ampla base de “identificados” com o partido entre os eleitores” (SAMUELS, 2008, p.303). Em suas conclusões o autor identifica que “a ideologia de esquerda não prediz mais a identificação com o PT” (SAMUELS, 2008, p.311), e sugere algumas hipóteses para tal, a primeira é de que os escândalos políticos da administração de Lula afastam da autoidentificação com partido aqueles mais fortemente declarados esquerdistas; a segunda é a de que o partido haveria tido sucesso em recrutar novos apoiados para os quais a ideologia é um aspecto secundário ou insignificante; a terceira hipótese levantada pelo autor é a da razão geográfica, onde haveria uma mudança geográfica da base de apoio ao partido em que os novos apoiadores se encontram em áreas onde a ideologia é aspecto menos relevante na política (Samuels, 2008). Ao comparar os perfis dos petistas em 2002 e 2007, a partir de dados de outras pesquisas, o autor afirma que aparenta-se ter havido poucas mudanças nas bases de apoio ao partido, sendo que “as principais distinções são que elas tornaram-se levemente mais moderadas e menos escolarizadas, além do que sua origem é menos provável na região sudeste” (SAMUELS, 2008, p.315)

No artigo de Pedro Feliú Ribeiro e Amanda Silva Mendes (2019), os autores se propõe a realizar um estudo comparativo que estabeleça as semelhanças e diferenças no posicionamento político de deputados do PT, enquanto oposição ao governo federal (1990-2002) e enquanto ocupando o cargo da presidência da república (2003-2014). Para tanto, os autores se propõem a analisar discursos realizados em plenário nestes dois momentos para estabelecer a comparação, e tendo em conta como hipótese a leitura predominante na literatura sobre a “mudança no posicionamento ideológico do PT ao longo dos anos, marcada por uma aproximação ao centro do espectro ideológico na transição do partido da oposição ao governo” (RIBEIRO; MENDES, 2019, p.161). Com base em outros estudos, autores afirmam que “as transformações ocorridas nas práticas internas do PT (...), as derrotas eleitorais em 1989, 1994 e 1998 para a presidência da República e o caráter centrista do eleitorado brasileiro” (RIBEIRO; MENDES, 2019,

p.166) são elementos que dão base à argumentação a respeito da transformação ideológica pela qual passa o partido indo da oposição ao governo. Os autores justificam o uso dos discursos nas análises por estes mostrarem-se uma “valiosa fonte para a estimação do posicionamento ideológico dos partidos por expressarem o conteúdo substantivo do conflito político” (idem). Os resultados da pesquisa corroboram a tese do abrandamento ideológico petista, já que a partir da metodologia por eles utilizada, os dados indicavam “uma expressiva migração dos deputados do PT para a direita do espectro ideológico” (RIBEIRO; MENDES, 2019, p.185). Um dos problemas de fundo que guiam a pesquisa é a busca de pistas que auxiliem na compreensão da “influência das estruturas governamentais e representativas no funcionamento da democracia” (RIBEIRO; MENDES, 2019, p.185)

Já no artigo de André Borges e Robert Vidigal (2018), autores se propõe a discutir a eficácia da noção de polarização que envolveria PT e PSDB, se e em que medida ela existe, de que maneira isso afeta a percepção e a relação do eleitorado para com a política, bem como discorrer sobre o impacto das simpatias partidárias nas eleições entre 2002 e 2014. Os resultados da pesquisa sugerem que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos não se mostram de grande relevância, além do fato de que “os eleitores indiferentes que não distinguem claramente o PT e o PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado” (BORGES; VIDIGAL, 2018, p.55). Os autores argumentam ainda em favor da operacionalização do conceito de identificação partidária como uma medida que considere não apenas os sentimentos de identificação em relação aos partidos, mas também os sentimentos de rejeição em relação a estes (Borges; Vidigal, 2018). Autores também chamam atenção para a heterogeneidade do público antipetista, que apresenta caráter difuso, sem perfil ideológico nítido. Conforme autores, “o crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT (...) do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista” (BORGES; VIDIGAL, 2018, p.55). Nas suas conclusões, os autores atentam para o fato de que a predominância da disputa entre PT e PSDB nas corridas presidenciais nos anos recentes, “resulta provavelmente menos do enraizamento desses partidos no eleitorado e mais da capacidade dessas organizações de coordenar de forma eficiente alianças nacionais e subnacionais” (BORGES; VIDIGAL, 2018, p.79-80)

Já no artigo de Paiva, Krause e Lameirão (2016) o foco se encontra em refletir sobre as (re)configurações das relações entre partidos e eleitores, articulando em torno desta discussão os conceitos de partidarismo, antipartidarismo e identidade partidária negativa. O esforço é sobretudo de destacar que a diferença entre antipartidarismo e identidade partidária negativa, consiste no fato de que “o eleitor que rejeita absolutamente um único partido específico se diferencia daquele que rejeita vários, ou todos” (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016, p.639). Portanto, o primeiro movimento do artigo é traçar o perfil do eleitor antipetista e antipartidário de maneira a tornar possível uma comparação. O conceito de partidarismo é trabalhado como uma noção de proximidade estável e consistente entre partidos e eleitores, de maneira a fundamentar um vínculo que exerce influência não apenas nas questões conjunturais e no comportamento eleitoral, mas também à nível dos valores e orientações com os quais os sujeitos se identificam (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016). Ainda que os partidos, gerando essa identificação não apenas no plano eleitoral, mas também a partir de noções e ideais econômicos e sobretudo culturais, sejam, conforme autores, fundamentais para fomentar a legitimidade do sistema político (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016), há diferentes estudos, e mesmo um debate na esfera pública, sobre a crise do sistema representativo, ou, como tratado pelos autores neste texto, o fenômeno do desalinhamento partidário (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016). Com isso em vista, os autores trazem alguns dos diagnósticos, com base em outros estudos, para as causas deste fenômeno. Em um deles, a perspectiva é a de que há de fato uma crise da democracia representativa, que se desdobraria então em uma nova configuração dos regimes democráticos “na qual os partidos não são o centro da formação da agenda pública e da organização das preferências eleitorais” (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016, p.641). Outra perspectiva trata do tema a partir da hipótese de que a tendência da não identificação partidária levaria não ao desaparecimento dessas instituições, mas à sua transformação. Nesse sentido, o que se transforma não é exatamente o modelo democrático-representativo, mas a forma pela qual se pensa e organizam os partidos (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016). A terceira interpretação do fenômeno trazida no texto pelos autores se foca na questão das novas formas de organização e ação política, concentrando-se sobretudo na influência das novas tecnologias comunicacionais e as consequências que elas refletem para as organizações partidárias (Paiva, Krause e Lameirão, 2016). No prosseguimento, os autores destacam, como em outro trabalho já citado neste texto (Borges; Vidigal, 2018), que a identificação partidária não se resume

apenas à aspectos positivos, argumentando que a “identidade negativa pode revelar-se mais poderosa que a positiva” (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016, p.644). É interessante perceber que os autores chegam à uma conclusão que contradiz os resultados da pesquisa de Borges e Vidigal (2018), que identificavam o caráter difuso e sem perfil ideológico nítido dos eleitores antipetistas, já que concluem que o eleitor antipetista “é um eleitor que tem preferência partidária pelo PSDB e, inclusive, possui uma aproximação ideológica com esse partido” (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRAO, 2016, p.655), mostrando esta ser uma questão relevante para novos estudos.

Como nota-se, boa parte da bibliografia converge na identificação de um processo de transformação de postura e abrandamento ideológico do Partido dos Trabalhadores (PT) quando comparados seus anos de formação e fundação, em que era oposição ao governo, e o período das gestões petistas no Governo Federal, passando de um radicalismo revolucionário de oposição ao capitalismo à um reformismo redistributivo sem maior perturbação da ordem. Boa parte dos textos também aponta para o fato de que a rejeição – e mesmo o ódio – direcionada especificamente ao Partido dos Trabalhadores, o chamado antipetismo, é componente ideológico aglutinador de segmentos heterogêneos de grupos pertencentes à direita do espectro político e ao campo conservador, o que conforma diferentes estratégias e formas de articulação em torno de uma narrativa de oposição baseada na lógica do inimigo-comum, que apesar de aglutinadora, não é canalizada eleitoral e ideologicamente para nenhum partido da oposição em específico, ao menos na conjuntura analisada pela literatura selecionada. Vale-se destacar ainda um outro apontamento em relevo na literatura selecionada acerca da conturbada relação do PT e do petismo com a mídia, seja com a imprensa monopolista representada pelos jornais e revistas impressos e conglomerados televisivos, seja a partir das novas mídias digitais que abriram espaço, a partir da crise do petismo, para novos atores coletivos e formas de ação política, que nesse primeiro momento parecem beneficiar agentes à direita do espectro político.

3.3 Antipetismo e MBL nos estudos sobre Nova-Direita.

Os estudos recentes sobre a chamada nova-direita abrangem uma variedade de áreas, linhas e temas dentro das ciências humanas no Brasil. Procuraremos tocar nos pontos mais relevantes dessa ampla bibliografia para desenhar de maneira mais explícita,

então, o que denominamos por nova-direita, assim como os limites e mesmo a validade dessa categoria.

Apesar do fato de que o olhar histórico retrospectivo possa identificar certos pontos comuns que parecem ancorar na sua essência as cosmovisões políticas de ‘esquerda’ e de ‘direita’, – como em Bobbio (1994), que “elabora a distinção a partir das diferentes ênfases ao ideal da igualdade”; ou Levin (2014), “que utiliza a dicotomia progressistas e conservadores”; ou ainda, os “dois modelos de matiz liberal centradas na dicotomia coletivistas e individualistas” (SALLES, 2017, p. 82) – é importante ter em vista que “como todos os conceitos políticos, direita e esquerda são atravessados por disputas em torno da sua própria definição. O confronto em torno das definições conceituais é parte da própria luta política.” (CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018, p. 10). Essa perspectiva implica uma definição relacional dos termos (os grupos definem-se uns aos outros a partir de sua oposição), que evita a essencialização (e o caráter imutável dessas definições), sem deixar de afirmar sua profunda historicidade (CHALOUB, LIMA, PERLATTO, 2018) já que relacionados à interesses específicos de grupos específicos num determinado momento histórico de uma formação social específica. Além disso, apesar de situar posições, ou mais precisamente tomadas de posição dentro do campo político e do campo da produção ideológica (BOURDIEU, 2007a), as cosmovisões de ‘esquerda’ e ‘direita’ constituem-se enquanto “quadros de referência a partir dos quais os indivíduos interpretam e interagem com o mundo, estabelecendo significados à sua existência e explicando a “ordem das coisas”. (MESSENBURG, 2017, p.623). Em outras palavras, as disputas internas ao campo político exercem importante papel e influência a nível psicossocial e mesmo cognitivo dos sujeitos que nele se articulam, pois, pra além de organizar as problemáticas do campo político de maneira isolada, afetam também a própria maneira de perceber, definir e relacionar-se com si mesmo, com os outros, com as coisas e o mundo.

Vale-se também dedicar um pequeno espaço para os grupos e traços ideológicos que marcam a trajetória histórica da direita no Brasil e suas transformações. Tomamos como marco inicial nessa discussão o recorte temporal que vai da Primeira República até meados dos anos 1920. Uma das principais características do pensamento político à época é a (apenas aparentemente) paradoxal articulação entre a “ideologia liberal” e a prática escravista (SCHWARZ, 2000). A partir de 1920, o predomínio desse “pensamento liberal”, entra em crise e passa a dar gradualmente lugar e visibilidade aos emergentes movimentos autoritários, que teriam em comum “a rejeição do liberalismo em suas

diversas formas e a defesa de um Estado centralizador e da disciplina corporativista dos conflitos sociais como garantias da coesão da sociedade.” (KAYSEL, 2015, p. 54). O enfraquecimento dos paradigmas da Primeira República no decorrer da década de 20 culmina na Revolução de 1930, de onde emergem importantes transformações institucionais, culturais e econômicas. Destaca-se na cena política dos anos 30 a Ação Integralista Brasileira (AIB), ou simplesmente Integralismo, grupo com perfil ideológico nacionalista, autoritário e religioso¹⁹, fundada em 1932. Um dos aspectos marcantes da atuação da direita nesse período é – por conta da busca do estabelecimento de uma comunicação política de massas – o surgimento de técnicas modernas de agitação e propaganda e de estratégias de mobilização de massa (Kaysel, 2015). Podemos tomar como breve exemplo os “desfiles integralistas, a adoção das “camisas verdes” como uniforme, a letra grega “sigma” como emblema e a saudação com a palavra tupi “*anauêe!*”. (KAYSEL, 2015, p.56). Ainda deve-se destacar o papel fundamental desempenhado também pela ideologia fundada em torno de Getúlio Vargas e do regime do Estado Novo (1937-1945), articulada em bases bastante heterogêneas, de cunhagem populista, que procurava estabelecer um diálogo num arranjo de conciliação de classes que orbitava em torno, sobretudo, do nacional-desenvolvimentismo²⁰. O Estado Novo de Getúlio Vargas acabaria oficialmente em 1945. No período que vai de 1945 a 1964 uma das principais organizações de direita no país é a União Democrática Nacional (UDN), de cunhagem fortemente “anti-populista”, por sua oposição ao programa nacional-desenvolvimentista do contexto. As principais características desse “anti-populismo” constituído enquanto ideologia eram

o formalismo jurídicista; o elitismo que via na participação das camadas populares, promovida pelo getulismo, uma distorção da representação; o moralismo, que procurava na substituição dos “corruptos” pelos “honestos” a solução dos problemas nacionais; um programa econômico que defendia a livre empresa contra o intervencionismo estatal e uma defesa de uma administração “técnica” e “neutra” (DULCI, 1986, p.38-45 apud. KAYSEL, 2015, p. 61-62)

Já a partir do início dos anos 1960, autores apontam para a formação do denominado “bloco histórico multinacional-associado, capitaneado pelos

¹⁹ Cf. SALGADO, Plínio. Manifesto do Integralismo. 1932

²⁰ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Ou FAUSTO, Boris. O Estado Getulista (1930-1945). In: História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

tecnopresários vinculados ao capital multinacional” (KAYSEL, 2015, p.63). No interior desse bloco, tem destaque o papel de instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), ambos “com vínculos decisivos no interior da Escola Superior de Guerra (ESG)” (KAYSEL, 2015, p.63) que formou importantes quadros de lideranças do golpe e do regime militar. Em termos da constituição ideológica desse bloco, autores apontam para uma absorção de muitas características do ideário “anti-populista” descrito anteriormente, somando-se o “anti-comunismo” militante que já era uma bandeira fundamental para a constituição discursiva e identitária da direita desde a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) logo após sua fundação em 1922, em síntese, um ideário “apoiado na associação entre “democracia”, “liberdade” e “livre empresa”, em oposição ao “comunismo”, ao “totalitarismo” e ao “estatismo”” (KAYSEL, 2015, p.65). Contraditoriamente, mesmo com a composição liberal antiestatista do discurso que se articulou através do bloco/rede Ipes-Ibad – e que foi o assento da ideologia do período militar (1964-1985) – a atuação dos diferentes governos militares resultou em um forte crescimento do setor estatal também em relação à economia (KAYSEL, 2015; GREMAUD, 2002). Essa crescente influência do Estado dentro da economia gera um desgaste entre os dirigentes do regime militar e a classe empresarial, em meados dos anos 1970, que faz com que estes – com motivos bem diferentes dos movimentos sociais também emergentes do período – convergissem para uma ampla frente pela democratização, bem como a volta do pluripartidarismo em 1979, o que causa um rompimento na unidade da direita (KAYSEL, 2015). Nos anos 1980, portanto, temos novas mudanças importantes que redesenham o espaço ideológico da direita brasileira. Conforme Kaysel (2015), antes do processo de transição democrática, a principal característica que definiria o pertencimento à direita era o apoio à ditadura, durante e após o momento da constituinte (1987-1988) “a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático.” (KAYSEL, 2015, p.68). Os anos 1980 também representam um importante reposicionamento do espaço ideológico da esquerda, marcado fortemente pela atuação dos movimentos sociais e das grandes mobilizações de massas por parte dos setores organizados das classes trabalhadoras, que influenciam diretamente a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983).

A partir dos anos 1990, com forte influência do contexto internacional, marcado por eventos como o Consenso de Washington (1989) e o fim da União Soviética (1991), ocorre um avanço da agenda neoliberal, que é ainda errático e vacilante no Brasil durante o período Collor (1990-1992), mas que se consolida a partir da vitória de Fernando

Henrique Cardoso (PSDB) nas eleições em 1994, muito devida ao relativo sucesso do Plano Real em estabilizar a moeda brasileira após o que os economistas chamam de “a década perdida” nos anos 1980 – ainda que o Plano Real tenha gerado efeitos negativos sobre, por exemplo, a balança comercial, o emprego formal e à autonomia nacional (GREMAUD, 2002), que são importantes na compreensão tanto da ascensão da oposição petista como força eleitoral, bem como o relativo insucesso em implementar uma ideologia neoliberal com forte penetração no imaginário público, ao menos até então. Em 2002, a principal força de oposição no período FHC, o PT adota uma estratégia eleitoral pragmática, e se inclina para a centro-esquerda, “construindo uma ampla coalizão para o governo e entrando em acordo com setores-chave das classes dominantes em torno da preservação da estabilidade macroeconômica” (KAYSEL, 2015, p.70).

No decorrer das décadas de governos petistas (2003-2016), apesar dos esforços em constituir o PSDB como o representante do polo político/eleitoral/ideológico oposto ao petismo, no momento do real declínio da agenda neodesenvolvimentista e do desgaste das figuras políticas ligadas ao PT – que abre um “novo espaço de oportunidades políticas” (ROMÃO, 2018) e provoca um “realinhamento da correlação de forças” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019) – a direita não foi canalizada eleitoral e ideologicamente para a figura de nenhum partido, mas incorporou estrategicamente traços característicos do novo espaço (ou arena) da produção do conflito e das opiniões políticas (assim como de outras dimensões da sociabilidade)²¹: sua elasticidade e a relativa heterogeneidade de atores que parece abarcar se dá não pela unificação em torno de um projeto unívoco comum, mas pela gama de interesses *dispersos* (em sua maioria constituídos historicamente muito antes da existência do próprio PT) que está atrelada à aversão comum manifesta em todos os “antis” que agregam na tentativa de delineamento ideológico do grupo, “*antipetismo; antipartidarismo; antiesquerdismo; antiestablishment*” (DOS SANTOS JR., 2016); “*antiglobalismo*” (SALLES, 2017);

²¹ Dada à velocidade dos acontecimentos e a forma pela qual as informações são transmitidas, a prioridade do olhar se volta aos “fatos *omnibus*” (Bourdieu, 1997, p.23), à leitura das manchetes quase como anúncios publicitários, mesmo quando tratam de assuntos violentos, agora naturalizados como acontecimentos “normais” dada a prévia alfabetização televisiva. A reprodução de informações e fatos passa mais pelo crivo dos pares que das fontes tradicionais, fazendo com que os primeiros assumam a confiabilidade das informações, justamente pela relação de proximidade produzida pela plataforma. Se um amigo ou familiar faz uma afirmação, torna-se muito mais fácil admitir a sua posição como verdadeira em tempos de desconfiança e crise de representatividade, fazendo com que a sociologia espontânea (Bourdieu, 2004) e a epistemologia do senso comum (Jodelet, 2001) passem a ser referências absolutas e resultem, por fim, na produção das *fakenews* e da pós-verdade (Oxford Dictionaries, 2016; Keyes, 2004.) (...) a dramatização dos fatos e a celebração das personagens e autores são suficientes para produzir o valor de um determinado fato compartilhado, independentemente de ser verdadeiro ou não”. (EDOARDO, 2018, p. 143-144)

“*anti-comunismo; antiestatismo; anti-populismo*” (KAYSEL, 2015), hora estruturados pelo seu caráter reativo e intransigente em relação à toda forma de avanço e extensão de direitos populares em diferentes dimensões (HIRSHMAN, 1992), hora apreendidos apenas como empreitada ética/moral – critérios ‘não-políticos’ na elaboração de respostas a questões políticas (BOURDIEU, 2007a) – articulados em todos os segmentos que o trabalho de Salles (2017) busca categorizar e definir mais criteriosamente: *conservadores guerra-fria, conservadores moralistas, conservadores liberais* na vertente conservadora; e *liberais conservadores, libertarianos, liberistas* na vertente liberal e que contemplam bem a interpretação de Paulo Arantes, retomada pelo autor, de que essa ‘nova-direita’ “[...] não está mais interessada em constituir maiorias de governo. Está interessada em impedir que aconteçam governos” (SALLES, 2017, p.61), apesar da aparentemente paradoxal inserção dessas figuras ‘anti-sistema’ dentro do sistema, a partir do processo representativo. Além disso, o trabalho de Salles (2017) levanta o questionamento – que inclusive enquadra a provocação no título do seu trabalho – a respeito de se o que temos é uma “nova-direita” ou se o que é ‘novo’ é o espaço de produção e circulação desses conteúdos políticos, a “arena” como o autor denomina, da internet e das redes sociais. Esse questionamento é importante por dois pontos: primeiro, como demonstramos anteriormente, em termos de repertório discursivo e simbólico, a ‘nova-direita’ – pelo fato de sua heterogeneidade – tem traços do *udenismo* (discurso ‘anti-populista’ e anticorrupção), do Integralismo (ufanismo e papel dos valores religiosos) e do autoritarismo (militarização, punitivismo e centralização do poder), que não são em quase nada novos, mas re-contextualizados; segundo, porque o fato de identificarmos que ‘novo’ é o espaço do embate e não o repertório da direita nos permite de fato afirmar que se trata da ‘velha-direita’? Em outras palavras, os novos espaços de socialização e de construção da disputa política não permitem novas formas de articulação e novas estratégias de agregação de público para as velhas fórmulas históricas da política, que transformam a relação entre produtores e consumidores de ideias políticas, e com isso a própria política?²² Nesse sentido, seríamos levados ao entendimento de que a “nova-direita” representa mais uma nova forma de fazer e conceber o espaço e o conflito da política do que uma forma “inovadora” de pensar a ideologia de direita em seus aspectos

²² Nesse sentido pode-se pensar a dispersão de espacialidade e temporalidade social dos conteúdos da internet (no sentido de que está suprida a necessidade de simultaneidade física nesses dois aspectos para o estabelecimento de relações sociais), assim como sua velocidade de produção e circulação, mas essa discussão tem meandros bastante específicos para os limites desse trabalho.

históricos. De forma bastante direta: esses agentes estão reconstruindo a concepção do conflito político num novo domínio comunicacional e social onde, por enquanto, são dominantes.

Aqui o MBL aparece como um pequeno ator numa ampla gama de agentes e estratégias entrecruzadas que configura a nova-direita. O Movimento foi escolhido, como já dito, pela relativa influência que conseguiu manter no espaço das redes sociais, bem como do papel que desempenhou transformando ativismo digital em mobilizações de rua, que conseguiram a queda (ou ao menos contribuíram decisivamente no desgaste e no declínio) de um governo. Nova espécie de movimento/organização social, que articula discurso político, e gera efeitos institucionais, com fins, no limite, econômicos. Mas a estratégia é cultural. Esses agentes atuam dentro dos novos espaços de mídia operando estrategicamente a homologia entre a necessidade da indústria cultural e a do campo da produção ideológica, qual seja, agregar sistematicamente públicos maiores, a partir da produção de produtos culturais e opiniões políticas “acessíveis”, ou “cognoscíveis” a um público indiferenciado, que não precise de instrumentos de codificação (adquiridos pela inserção nas instituições de ensino e/ou na militância) específicos para sua ‘apreciação’ ou apreensão crítica. Em outras palavras, o tipo de produção cultural ou política baseada nesse princípio encontra seu valor e eficácia na amplitude do espaço social e na velocidade com que consegue circular. Isso é extremamente relevante num país como o Brasil, onde a trajetória de constituição e unificação do sistema cultural difere bastante da dos países europeus, dado o peso da indústria cultural e da tensão que ela pode exercer mesmo dentro do polo erudito no nosso sistema cultural (MICELI, 2005). Isso quer dizer que a indústria cultural exerce um papel fundamental na estruturação do arbitrário cultural legítimo (ou legitimado) na nossa formação social, ela divide com o sistema de ensino institucional o papel de educar os agentes, quando não o sobrepõe. Não são necessárias muitas operações lógicas pra ligar o fato de que se um político ou um partido é “corrupto, ladrão, safado” ele deve ser rechaçado, justamente porque esse é o tipo de incorporação ética à qual se reage quase que irrefletidamente dado um trabalho de educação e inculcação dos princípios razoáveis da conduta social. O trabalho propriamente político e estratégico se dá na ligação de uma construção irrefletida da ideia de que o antagonista político é ética/moralmente condenável (petismo, comunismo, esquerdismo = corruptos, ladrões, imorais), ou mesmo ‘doente’ (*esquerdopata*), em suma, um regime de *doxa* que incide diretamente na construção da leitura do mundo social e das tomadas de posição política. Como bem observa Bourdieu (2007a, p.440-441) “o interesse pelo aspecto

percebido nunca é completamente independente do interesse em percebê-lo”. Ainda segundo autor, “todas as classificações construídas em torno de um traço estigmatizado (...) isolam o que é interessante de todo o resto” (p.441). Dessa forma, tem-se em perspectiva que um grupo estigmatizado, ou dominado, com vistas a transformar sua posição dentro desse espaço ou domínio social específico, se vê impelido a “lutar para impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou, ainda, para fornecer ao sistema de classificação dominante o conteúdo mais adequado para valorizar o que ele tem e é.” (BOURDIEU, 2007a, p.441).

Ora, as diferentes frações da direita, pensando na tipologia já exposta anteriormente, se apropriam desse ponto em comum (“antipetismo” e todos os outros “antis”, que os unifica como nova-direita) de forma bastante particular (o que define sua diversidade enquanto grupo), arrastando a lógica (e a solução para o ‘mal’) por um lado, para as benesses do livre-mercado e sua eficiência, do empreendedorismo, das privatizações, da ascensão social a partir do mérito e da acumulação da propriedade privada, e, por outro, para o tradicionalismo cultural, a defesa da pátria, da família tradicional e da religião, os valores da ‘civilização ocidental’, havendo, é claro, muitas combinações híbridas dentro deste gradiente, com diferenças de ênfases em aspectos de uma ou outra dessas vertentes (SALLES, 2017), por razões também bastante diferentes, que não se desvinculam de seus contextos. Nosso foco, portanto, nessa análise, é procurar explicitar os conteúdos específicos que caracterizam a apropriação particular que o MBL faz do antipetismo para situá-lo no espaço da produção ideológica da direita, o tipo de relação que se estabelece com o público/ouvintes a partir do retrato que fazem de si mesmos enquanto movimento, dos ‘petistas’ enquanto inimigos e do próprio público, e o tipo de fundamento que cria o nexo entre os produtores e o público nesse circuito.

4. CONCLUSÕES

Considerando as limitações impostas ao escopo da pesquisa e a dimensão plural e ultra contemporânea do objeto de pesquisa, pode-se considerar que nossos objetivos foram cumpridos. Como um esforço de aproximação à um objeto de pesquisa ainda bastante “bruto”, no sentido de pouco lapidado e com pouco tempo histórico de discussão, a pesquisa cumpre o objetivo de levantar algumas novas hipóteses de discussão dentro de temáticas que se interconectam nas investigações sobre “antipetismo”, “nova-direita”,

“polarização política” e “novos usos sociais e políticos das tecnologias”, além de discussões sobre o estado atual do que chamamos de “campo da produção ideológica”.

Entre essas hipóteses e questionamentos, uma das principais versa sobre a *transformação da relação entre produtores e consumidores de opiniões políticas*, tendo em vista as profundas transformações da capacidade comunicacional da sociedade, desencadeadas pela difusão da internet e de mídias sociais, que implica a transformação das *estratégias* de circulação da informação e agregação de público por parte dos produtores de opiniões políticas, que estaria na base do que é efetivamente “novo” na direita contemporânea. Com isso, trazemos a ideia de que “novo” não é o conteúdo ideológico em si que orienta as pautas da direita contemporânea, que incorpora traços de (e, mais curiosamente, articula/articulou em um eixo comum) diferentes movimentos que fazem parte da trajetória histórica da atuação política “de direita” no Brasil, como o udenismo, o integralismo e o autoritarismo tecnocrático, mas sim, que “nova” é a forma pela qual se busca vincular e difundir esses traços ideológicos, como se gera adesão, como se estabelece a relação entre produtores e público dessas ideias. O processo tem base em fórmulas narrativas que funcionem como estratégias de massificação, mas uma massificação que agora é muito mais intermediada e promovida pelos próprios usuários entre seus pares, e grupos de interesse comuns. Esses agentes da “nova-direita” atuam dentro dos novos espaços de mídia operando estrategicamente a homologia entre a necessidade da indústria cultural e a do campo da produção ideológica, qual seja, agregar sistematicamente públicos maiores, a partir da produção de produtos culturais e/ou opiniões políticas “acessíveis”, ou “cognoscíveis” a um público indiferenciado, que não precise de instrumentos de codificação (adquiridos, no caso da política, pela inserção nas instituições de ensino e/ou na militância) específicos para sua ‘apreciação’ ou apreensão crítica. Em outras palavras, o tipo de produção cultural ou político-ideológica baseada nesse princípio encontra seu valor e eficácia na amplitude do espaço social e na velocidade com que consegue circular. E esse movimento baseia a *inteligibilidade* das suas produções culturais e político-ideológicas na construção de um inimigo ameaçador concretizado na figura do petismo e do esquerdismo, do comunismo, do marxismo, do feminismo, enfim, de todos os movimentos e atores que representem histórica ou contextualmente figuras de oposição àquela gama heterogênea de valores e interesses da direita brasileira. A partir de diferentes estratégias de moralização, com forte apelo convencionalista (“O PT/esquerda quer destruir a nação; O PT/esquerda quer destruir a

família; O PT/esquerda defende o crime, a manutenção de privilégios e a miséria”) justamente evitando o quanto possível qualquer “complexificação de codificação”, às vezes revestindo um discurso convencionalista com aspectos “técnicos” em nome de um efeito de legitimidade que se mantenha acessível, operando a partir de uma ampla rede de páginas em diferentes plataformas e redes sociais, que se diferenciam em termos das “pautas centrais” (por vezes de motivação econômica, de “expansão da lógica e da economia de mercado” e “combate ao socialismo”, ou as tantas motivações culturais de apelo conservador, punitivista e tradicionalista), mas que conseguem se unificar em torno de sua oposição comum à esse inimigo ameaçador, ou ao interesse de constituir o opositor como inimigo e como ameaçador, e a partir disso gerar um efeito de (re)produção de conteúdo baseada num esquema interpretativo que compõe um ‘centro’ ou um eixo, que organiza a narrativa representacional sobre determinado tema ao longo do tempo, “permitindo, assim, uma articulação de sentido entre eventos e personagens que ultrapassa os relatos episódicos” (AZEVEDO, 2018, p. 274). A relação dessas novas estratégias de atuação é de especial interesse em um país como o Brasil, onde a indústria cultural exerce um papel fundamental na estruturação do arbitrário cultural legítimo (ou legitimado) na formação social (MICELI, 2005); onde ela divide com o sistema de ensino institucional o papel de educar os agentes de diversos segmentos sociais da população, quando não o sobrepõe; e num contexto histórico de difusão das mídias onde a indústria cultural parece ter tomado conta do cotidiano urbano em suas diferentes manifestações.

E esse processo não parte do acaso, mas, pelo contrário, conforme nossa hipótese, tem uma raiz, um projeto que procura orienta-lo e dar condições de torna-lo visível e sistemático. Destacamos a emergência de uma corrente ‘contra hegemônica’ que passa a se articular a partir de 2006 contra ideais desenvolvimentistas e de centro-esquerda que predominaram na política institucional dos países da América Latina nos anos 2000, incluso, evidentemente, o Brasil (ROCHA, 2015). Essa corrente que se propõe a disputar o campo da produção ideológica se articula predominantemente através da atuação de *think tanks* “ativistas” ligados ao Atlas Network²³ e pequenas células de propaganda

²³ Em 1981, (...) [Anthony] Fisher [ex-piloto da Força Aérea Real Britânica que serviu durante a Segunda Guerra Mundial e foi um grande entusiasta das teses defendidas pelo economista austríaco Friedrich von Hayek (ROCHA, 2015, p.266)] fundou em Washington a *Atlas Economic Research Foundation*, que mudou o nome posteriormente para *Atlas Network* (Thunert, 2003). Em 1987 a Atlas associou-se ao *Institute for Humane Studies* (IHS), fundado em 1961 por um acadêmico norte-americano e membro da Sociedade de Mont Pèlerin chamado F. A. Harper, com o objetivo de possuir uma estrutura institucional mais robusta que lhe colocasse à altura de sua missão, a de, segundo afirmara de forma direta John Blundell,

liberais e ultraliberais, que surgem como forma de construir uma nova hegemonia política à nível institucional e cognitivo (MESSENERG, 2017). Conforme outro autor, a atuação dos *think tanks* não visa apenas modular as políticas, mas todo o ambiente geral da política, a agenda do debate público

O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências”. Daí a relevância, para essas organizações, da indústria da mídia e do entretenimento. (MORAES, 2015, p.232)

Apesar da centralidade de pautas relacionadas à expansão da lógica de mercado, a questão da atuação na mídia e da dependência desses grupos em relação ao *feedback* do público, e sobretudo da necessidade de gerar adesão, nos faz pensar na hipótese da aproximação dos *think tanks* liberais a ideias e grupos conservadores como uma forma de facilitar a penetração da “racionalidade neoliberal” através da simbiose à pautas conservadoras muito mais acessíveis a grandes camadas da população. Certamente, podemos pensar nesse processo de construção da diferença política como violento, autoritário e intransigente, já que opera exatamente pela (des)moralização, demonização, e *patologização* da diferença política.

Enfim, pelos motivos expostos, creio que a pesquisa cumpriu seu objetivo mais geral, que era justamente o de levantar novas hipóteses de compreensão e de pesquisa nas temáticas sobre antipetismo; sobre as relações entre polarização política, tecnologia e indústria cultural; sobre o realinhamento da correlação de forças políticas no Brasil nos anos recentes. A partir dos elementos levantados e discutidos na pesquisa, pretende-se elaborar um trabalho de monografia que discuta mais detalhadamente os aspectos abordados, e que também incorpore (ponderando as limitações) uma discussão recente do grupo de pesquisa sobre a “susceptibilidade” à adesão ideológica em relação à propaganda fascista/de ódio e os mecanismos psicológicos profundos que dão a base subjetiva da relação entre o público e a propaganda fascista, como trabalhado principalmente em Adorno (2019), com vistas a discutir com uma base mais concreta a dimensão do consumo das ideias, da subjetividade do público e a relação objetiva destes com os produtores da opinião política.

presidente da Atlas e do IHS de 1987 a 1990, “abarrotar o mundo com *think tanks* que defendam o livre mercado” (Cockett, 1995, p.307). (ROCHA, 2015, p.268-269)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opin. Publica**, Campinas, v.24, n. 2, p. 270-290, Aug. 2018.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opin. Publica**, Campinas, v. 24, n. 1, p.53-89, Apr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Interventions, 1961-2001 – Sciences sociales et action politique**. Marseille: Agone. 2002.

CATANI, Alfredo, *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9-21, dez./2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

DENORD, François. Campo do Poder (verbete). In: CATANI, Alfredo, *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.75-77.

DOS SANTOS Jr. Marcelo Alves. **Vai Pra Cuba!!! A Rede Antipetista na Eleição de 2014**. 200f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.

EDOARDO, Laysmara Carneiro. **Diários públicos: facebook, imagens e ficcionalização do cotidiano**. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2018

FIACADORI, G; LERNER, C; PINTO, R. Lula na cadeia: eu fui! - uma análise comparativa do conteúdo das páginas do Movimento Brasil Livre, Movimento Contra Corrupção e VemPraRua no Facebook. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 42, 2018. Caxambú. *Anais... Online.* Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt02-26/11122-lula-na-cadeia-eu-fui-uma-analise-comparativa-do-conteudo-das-paginas-do-movimento-brasil-livre-movimento-contra-corrupcao-e-vempraru-no-facebook>> Acesso em: 26/11/2019.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience.** Northeastern University Press. 1986.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea.** Editora Atlas, 4ª edição, 2002.

GRÜN, Roberto. Neoliberalismo (verbete). In: CATANI, Alfredo, *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 275-277.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

KOERNER, Andrei; SCHILING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-647, set.-dez./2017.

MICELI, Sérgio. **A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONTEIRO, Paula. Inconsciente (Verbetes). In: CATANI, Alfredo, et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.233.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

MORETTO, Márcio; ORTELLADO, Pablo. O Que São e Como Lidar com Notícias Falsas. **SUR** 27, v. 15, n. 27, p. 71-83, jul./201

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRAO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, Dec. 2016.

PASSOS, Mariana R. A conspiração e o salvador: narrativas do mito político na (des)construção da imagem pública de Lula em 2016. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 42, 2018. Caxambú. *Anais... Online*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt02-26/11129-a-conspiracao-e-o-salvador-narrativas-do-mito-politico-na-des-construcao-da-imagem-publica-de-lula-em-2016?format=html&path=42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt02-26>> Acesso em: 26/11/2019.

PIAIA, Vitor Rabello. Rumores, Fake News e o Impeachment de Dilma Rousseff. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 22-39, dez./2018.

RIBEIRO, Pedro Feliú; MENDES, Amanda Silva. Ideologia e Discurso: o posicionamento do Partido dos Trabalhadores na oposição e no governo. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 28, p.161-194, Apr. 2019.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

ROMÃO, Wagner M. O que é o lulismo? Roteiro de uma controvérsia. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 42, 2018. Caxambú. *Anais... Online*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt->

31/gt31-17/11381-o-que-e-o-lulismo-roteiro-de-uma-controversia?path=42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt31-17> Acesso em: 26/11/2019.

SALLES, Leonardo Gaspar. **Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira**. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002-2008). **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, Nov. 2008.

SCHWARZ, R. As ideias fora de lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SECCO, Lincoln. O lulismo e o petismo. In: **Classes? Que classes?: ciclo de debates sobre classes sociais** [S.l: s.n.], 2013.

SILVA, Emerson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). **Conversas & Controvérsias**. V. 5, n. 1, p. 75-95, jan.-jun. 2018.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas Redes Sociais Online. In: CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.7-14, Apr. 2015.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 71-98, jan./abr. 2017.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-69, jan.-abr./2019.

TELLES, Helcimara. Corrupção, Antipetismo e Nova-Direita: Elementos da crise político-institucional. **GVExecutivo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 36-39, dez./2015.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**. vol.40 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Plano de Governo (2019-2022). Coligação O POVO FELIZ DE NOVO PT – PCDOB – PROS**. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000629808/proposta_1536702143353.pdf> Acesso em: 15 abr. 2020.

VIEIRA, Rafaela. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **memorias**, Barranquilla, n. 17, p.1-58, Dec. 2012.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji; MOURA, Julia Frank de. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: Imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia**. Brasília, UCB, v.11, n.1, p. 153-169, jan./jun. 2018.

YOUTUBE. **Denúncia: Kim desvenda a manobra do PT no Ceará | por Kim Kataguiri**. (2019) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nYpByRGEzWE>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

YOUTUBE. **Golpe de Estado: O plano de Haddad. | por Kim Kataguiri**. (2018) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=19eET3UFBp0>> Acesso em: 15 abr. 2020.

YOUTUBE. **Kim Kataguiri detona manifesto de artistas pela "democracia"**. (2018) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mz6hFVw-6uE>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

YOUTUBE. **PT CAIU NA ARMADILHA! ENTENDA| Por Renan Santos.** (2019)
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5C-VnZdDudo>>. Acesso em: 18
abr. 2020.

YOUTUBE. **TUTORIAL: como vencer o PT no segundo turno. | por Renan Santos.**
(2018) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NLqIuSyxBFw>> . Acesso
em: 19 abr. 2020.

APÊNDICE I

ANÁLISE VÍDEO 1

“Denúncia: Kim desvenda a manobra do PT no Ceará | por Kim Kataguiiri”

(Postado em 07/01/2019) <<https://www.youtube.com/watch?v=nYpByRGEzWE>>

1.205.385 visualizações em 13/04/2020

Descrição de aspectos-chave no vídeo

A estrutura do vídeo é relativamente simples, Kataguiiri em quadro, de frente pra câmera, com um plano de fundo que aparenta ser de uma sala ou escritório, com uma luz sob a parede à esquerda do vídeo, e uma moldura com a ilustração de uma figura feminina à direita.

Em 41seg, o tem-se um close aproximado com enfoque sob o rosto de Kataguiiri, dando a impressão de ênfase sob a fala do agente, que termina em 1:28. Nesse trecho, notadamente tem-se a suspeita/denúncia conspiracionista impressa na performance do ator.

“antes de qualquer coisa vocês não acham muito esquisito que uma gestão de continuidade, com o governador que está lá há quatro anos de repente abandone todas as suas políticas criminais e de repente aja como se fosse um novo governador, como [se] a gestão passada não tivesse sido dele, chutasse [o] formigueiro e criasse um caos dentro dos presídios indo contra tudo o que ele já defendeu dentro de políticas criminais, enquanto (sic) os seus secretários de segurança defenderam durante todos os quatro anos seu governo, logo no início do mandato pra criar esse caos, como é que ele muda tudo do nada como se ele fosse algum governador novo, como se ele fosse o governador de renovação e ainda tem a cara de pau de dizer que foi uma ação coordenada e planejada com o governo federal?”

A partir de 1:28 retoma-se o enquadramento do início do vídeo (mais afastado do rosto, parte superior do tronco – busto – também exposta), onde se inicia a ‘explicação’ das motivações das articulações conspiratórias levantadas no trecho anterior.

Esta explicação ancora-se em expor três motivações principais das atitudes tomadas pelo governo petista: i) o enfraquecimento das polícias estaduais e centralização do poder de repressão do Estado na esfera Federal “como na Venezuela”, utilizando tropas da Força Nacional; ii) o freio à reforma da previdência, caso fosse necessária intervenção Federal com uso das Forças Armadas, o que impediria a votação de propostas de emenda à Constituição; iii) por efeito da não-votação da reforma previdenciária, estariam consolidadas as bases da configuração de um crime de responsabilidade fiscal, o que poderia desdobrar-se em duas consequências: o “fortalecimento da tese do golpe” contra Dilma, que revelaria o caráter parcial de seu julgamento, caso Bolsonaro não fosse derrubado do cargo cometendo também um crime de responsabilidade, ou mesmo um improvável impeachment de Bolsonaro.

Os três pontos convergem na imagem criada pelo agente da existência de uma “manobra, um jogo feito com vidas humanas sendo feito pra prejudicar o Brasil”, tratando-se, portanto, de “uma coisa planejada, de uma complexidade tremenda”. Assim, ao fim do vídeo, após articular a narrativa conspiracionista com base nestes três pontos, Kataguirí convoca e motiva os seguidores a disseminar o conteúdo e ‘salvar o Brasil’, já que tudo não passa de “um jogo de xadrez, repito, sendo jogado com vidas humanas, e se a gente não expor a estratégia do rei, do petista, Governador Camilo Santana, vai ser um xeque-mate do PT”

A situação retratada

Tomando posse para seu segundo mandato como Governador do Estado do Ceará, em início de 2019, Camilo Santana (PT) provoca mudanças no sistema penitenciário do Estado ao criar a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), e nomeando Luís Mauro Albuquerque para a chefia do órgão. Em entrevista após assumir o cargo, Albuquerque afirma que acabaria com a organização e divisão dos detentos por instituições conforme à facção à que pertencem, entre outras coisas, como o fim dos celulares nos presídios. As declarações do secretário foram suficientes para desencadear uma onda de violência por todo o Estado, que durou do dia 2 de janeiro de 2019, ao dia 4 de fevereiro, somando 283 ataques em 56 dos 184 municípios do Estado do Ceará²⁴. Os

²⁴ <<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/maior-onda-de-terror-da-historia-do-ceara-veja-o-numero-atualizado-de-ataques-de-faccoes/>>

ataques se trataram sobretudo de incêndios em veículos de transporte público e privado, bem como em prédios públicos e privados, saques e invasões. O governo do Estado contou com o auxílio da Força Nacional, da esfera Federal, até que a situação fosse controlada e os ataques cessassem²⁵.

Análise conceitual da narrativa

Mesmo que Kataguirí tenha voltado atrás em seu posicionamento e discurso²⁶ nesse vídeo, certamente o post gerou efeito dentro dos seguidores do canal, da chamada rede antipetista (Dos Santos Jr, 2014), e chamou atenção mesmo entre outros agentes do espectro político, como figuras políticas do Estado do Ceará, por exemplo Ciro Gomes, sendo o vídeo com mais visualizações dentro do canal do MBL no Youtube relacionado à palavra-chave “PT” (1.205.030 visualizações em 02/03/2020).

Dois conceitos da literatura sobre o antipetismo e nova-direita se revelam de valiosa utilidade para a compreensão e análise da situação retratada, quais sejam, o de “enquadramento” e a noção de “narrativa conspiracionista”. Azevedo (2018) argumenta, com base em outros estudiosos do tema, que o enquadramento trata-se de um processo de seleção, ou recortes de traços de uma situação específica, buscando realçá-los, com isso produzir uma representação e conseqüentemente uma potencial interpretação particular desta mesma situação, de um problema ou questão moral. Messenberg (2017, p.626) toma o conceito no sentido *goffmaniano* (1986), onde os enquadramentos tratam-se de estruturas cognitivas que organizam o pensamento dos sujeitos, configurando “esquemas que dirigem atenção para a informação relevante, guiam sua interpretação e avaliação, fornecem inferências quando a informação é falha ou ambígua, e facilitam sua retenção”. Ainda conforme Messenberg (2017) os meios comunicacionais das sociedades de massa e as novas redes sociais e mídias digitais constituem espaços de adensamento da produção dos enquadramentos, chamando atenção para a influência destes em relação às atitudes políticas. A influência dos aparatos comunicacionais na vida cultural das sociedades contemporâneas é discutida também por Passos (2018), a partir do conceito de midiatização, que leva em conta o fato de que os meios comunicacionais,

²⁵ Para uma cronologia dos ataques no Ceará Cf. <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/07/veja-a-cronologia-dos-ataques-no-ceara.ghtml>>

²⁶ Cf. <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/01/kim-kataguiri-do-mbl-recua-video-crise-ceara-elogia-secretario.html>>

contemporaneamente, transitam do papel de meros veículos de informação e espaços de interação, para o papel de extrema influência, vindo a ser uma das novas matrizes de produção e organização de sentidos, ou seja, um ponto estruturante da dimensão simbólica da vida cultural das sociedades de massa. Nesse sentido, os espaços contemporâneos de circulação da informação podem ser compreendidos como arenas das disputas que envolvem e dão sentido ao processo político, sendo que a disputa pelo poder representa também uma luta simbólica, composta por imagens e narrativas, em torno da visibilidade midiática (Passos, 2018). No caso deste vídeo em específico, o enquadramento da situação se desenha como narrativa conspiracionista, que corrobora no imaginário coletivo a existência de uma trama, uma ameaça. Conforme autora, “a narrativa da conspiração estabelece força a partir de uma ruptura no imaginário coletivo que faz com que todos estejam unidos contra um “mal” exterior” (PASSOS, 2018, p.23), que fica evidente em diferentes trechos da narrativa articulada pelo ator no vídeo:

“(…) o que está acontecendo no Ceará hoje, todo esse caos foi essa violência toda essa criminalidade não é por acaso é de **caso pensado** há um **cálculo** é um **planejamento** é uma **estratégia política** absolutamente nojenta que está sendo levada em frente pelo governador petista” (KATAGUIRI, 2019)

“(…) toda essa manobra, todo esse jogo feito com vidas humanas **sendo feito para prejudicar o brasil**” (KATAGUIRI, 2019)

“(…) é um jogo de xadrez, repito, sendo jogado um vidas humanas e se a gente não expor a **estratégia** do rei, do petista, o governador Camilo Santana vai ser um **xequemate do PT**” (KATAGUIRI, 2019)

O enquadramento desenhado como narrativa conspiracionista é canalizado em torno do antipetismo, entendido como “identidade partidária negativa” (Paiva, Krause e Lameirão, 2016), que na interpretação de alguns estudiosos do tema pode ser compreendido como um fator de coesão que conforma em si estratégias difusas de um grupo heterogêneo que representa a direita em sua configuração atual, configurando uma “identidade não propositiva ou não afirmativa, construída no plano relacional, na negação da identidade alheia” (GALLEGO; ORTELLADO; RIBEIRO, 2017, p.44), que não é, contudo, canalizado eleitoral e ideologicamente pra nenhum outro partido em específico, apontando para heterogeneidade do público antipetista, que apresenta caráter difuso, sem perfil ideológico claro (Borges; Vidigal, 2018).

ANÁLISE VÍDEO 2

“Golpe de Estado: O plano de Haddad.” por Kim Kataguirí

1.181.709 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 30/09/2018

<https://www.youtube.com/watch?v=19eET3UFBp0>

Descrição de aspectos-chave no vídeo

A estrutura e o ambiente do segundo vídeo em análise são também relativamente simples. Novamente Kim Kataguirí aparece em foco, também no que parece ser uma sala ou escritório, sentado em uma poltrona ou sofá, e com quadros sob a parede desfocados ao fundo. A proposta do ator neste vídeo, é expor e analisar o plano de governo do candidato Fernando Haddad (PT) à presidência da República nas eleições de 2018. Com exceção do momento em que cita o nome do candidato no começo do vídeo, onde mostra-se uma imagem do mesmo, todo o resto do vídeo concentra-se na imagem e na narrativa de Kataguirí, exibindo imagens, em determinados momentos, de alguns excertos do texto do plano de governo do PT. Kataguirí guia a narrativa a partir da leitura destes excertos, tendo o plano de governo petista impresso em mãos. Em geral, o ator lê um trecho breve, e tece um comentário em cima destes. Já no início do vídeo Kataguirí anuncia que o plano de governo do candidato petista “é absolutamente assustador”.

A narrativa de interpretação do plano de governo

Visando expor o “plano totalitário do PT”, Kataguirí propõe-se evidentemente a fornecer ao público alinhado ideologicamente com o Movimento Brasil Livre uma chave de interpretação do plano de governo do candidato petista. Na nossa análise iremos nos deter à pontos fundamentais relativos à política, a cultura e a economia e na forma como o agente visa interpreta-los, procurando tornar a análise enxuta, já que se trata de um vídeo longo (30min).

Um primeiro ponto a se destacar é o comentário a respeito da proposta de “um novo marco regulatório da comunicação social eletrônica”, que o ator interpreta da seguinte maneira:

“(…) mais regulamentação, mais controle da mídia, mais controle da imprensa, assim **como foi feito na Venezuela**, o Estado tendo controle e influência direta sobre todos os veículos de comunicação. **Isso em**

outras palavras é censura, isso em outras palavras é totalitarismo, é o PT querendo controlar todos os veículos de comunicação. E mais, querendo fazer essas concessões pra sindicatos (...) enfim, a gente vai ter ai uma Globo do MST, a gente vai ter uma F. de São Paulo da UNE, num eventual governo Haddad, é basicamente isso que eles querem fazer com a justificativa de “democratizar” a mídia que na prática é só um **controle totalitário.**” (KATAGUIRI, 2018).

O trecho do plano de governo petista que inspira tal interpretação é o seguinte:

“Mas não haverá efetiva democracia na sociedade sem **democracia, diversidade e pluralismo na mídia.** Isso será feito por meio de um novo marco regulatório da comunicação social eletrônica, a fim de concretizar os princípios da Constituição Federal, bem como pelo fortalecimento da comunicação pública e das rádios e TVs comunitárias. Além disso, vamos conectar o país inteiro por meio do programa **Brasil 100% Online**, que promoverá a universalização da internet banda larga de qualidade.” (p.7, grifos do original)

Outro aspecto levantado pelo ator diz respeito “ao aumento do diálogo internacional, em especial com países latinos e com a África” (p.12), a interpretação do agente é a seguinte:

“Ou seja, mais uma vez a gente mandando dinheiro via BNDS pra Angola, pra Cuba, pra tudo quanto é republiqueta (sic), que não vai pagar depois, mas depois vai dar alguma contrapartida (...) pros nossos governantes aqui no Brasil, continuando com o plano por exemplo do Foro de São Paulo, que todo mundo sabe, é um **plano totalitário** pra toda a América Latina que é absolutamente impensável” (KATAGUIRI, 2018)

Outro aspecto, e conforme Kataguri “esse ponto também está dentre as características assustadoras”, é o de que o eventual governo petista iria “retomar os investimentos e valorização das Forças Armadas”, aqui tem-se uma das mais interessantes interpretações acerca deste plano de governo, que ganha as colorações da narrativa conspiracionista novamente:

“(...) vamos lembrar da resolução do PT, do resultado das teses e das discussões do PT, logo pós o impeachment. Quais foram os erros que o PT institucionalmente enquanto partido, suas teses **seus intelectuais captaram.** Um foi não ter regulamentado a mídia, não ter o controle da imprensa que a gente já falou aqui, eles não querem cometer esse erro de novo, **nessa vez vai ter censura sim.** E o outro, foi não ter aparelhado as Forças Armadas. São os dois erros que o próprio PT reconhece no seu próprio projeto de poder que não conseguiu transformar o Brasil numa Venezuela. Ou seja, já escancaradamente no seu plano de governo você tem esse **aparelhamento das Forças Armadas no eventual governo Haddad**, pra você ter como numa Venezuela, que com o apoio de diversos militares eles conseguem manter a ditadura e reprimir a maior parte da população com coletivos terroristas e com as próprias Forças Armadas” (KATAGURI, 2018)

O trecho no plano de governo do PT em 2018 que inspira tal revelação é o seguinte:

“O governo Haddad **retomará os investimentos e valorizará as Forças Armadas, recompondo os efetivos e melhorando as condições de trabalho.** O ministério da Defesa voltará a ser ocupado por um civil. A Constituição será aplicada de maneira imediata e firme contra quem ameace a democracia com atos e/ou declarações. Ademais, o governo federal fortalecerá o Itamaraty, que vem sendo desprestigiado e sucateado.” (p.13)

Na continuação do argumento e da exposição no vídeo, o próximo ponto destacado por Kataguiri diz respeito à tentativa de “aprofundar a efetividade da participação por meio de novos mecanismos deliberativos” (p.14). Ainda apoiado sob a lógica do desvelamento das conspirações, o ator propõe a seguinte interpretação para sua plateia:

“(…) basicamente o que a Dilma já tentou fazer, que é criar aqueles tais “conselhos populares”, que é basicamente você anular o Congresso Nacional, e dar poder pra UNE, pra CUT, pro MST, pra esses “movimentos representativos da sociedade” tomarem a decisão no lugar do voto popular, tomarem a decisão no lugar da democracia representativa. E aí vem um negócio perigoso, e **aí vem a coisa mais assustadora e eu peço que vocês prestem bastante atenção nesse ponto que eu vou falar agora**, vou até falar mais devagar.” (KATAGUIRI, 2018)

Nesse trecho o agente volta a ler um excerto do plano de governo (p.14):

“Vamos expandir para o Presidente da República e para a iniciativa popular a prerrogativa de propor a convocação de plebiscitos e referendos (...). Ademais, será ampliada e potencializada a participação cidadã por meio da internet.”

Em seguida, de volta à interpretação:

“(…) ou seja, o que ele quer fazer: **da mesma que o Maduro faz na Venezuela, convoca um plebiscito, passa por cima de direitos fundamentais, de garantias fundamentais, de direitos humanos, aqui ele também quer fazer.** Então o Haddad sabendo que não vai ter o Congresso Nacional, quer criar os conselhos populares pra passar por cima dos deputados, dos parlamentares, do poder legislativo, não vai precisar ter Mensalão porque **o Congresso Nacional vai estar absolutamente anulado.** E também dar esse poder pro Presidente da República jogar direto pra população, e aí sabe-se lá que tipo de fraude eles vão utilizar, que tipo de populismo eles vão utilizar pra passar uma quantidade absurda de projetos totalitários. Foi assim que o Maduro expandiu os poderes do Poder Executivo lá na Venezuela e conseguiu **implementar uma ditadura e nunca mais sair do poder. Exatamente isso que o Haddad quer fazer**, puxar mais poderes pro Executivo, concentrar os poderes no Executivo, pra que ele sozinho consiga mandar prender, consiga legislar, consiga fazer absolutamente tudo. O nome disso não é só autoritarismo. Porque autoritarismo é só quando você tem uma ditadura numa esfera de governo, quando você acaba com a repartição de poderes da

República. **Isso é totalitarismo**, e a diferença é que **o totalitarismo age em todas as esferas da sociedade, na comunicação, na política, nas artes, em todas as áreas e é justamente o plano do PT e o plano do Haddad**” (KATAGUIRI, 2018)

Prosseguindo, ao comentar um trecho da p.16 do plano de governo, que faz referência ao “fim de privilégios no ingresso e ascensão nas carreiras de Justiça” e ao favorecimento de ingresso nessas carreiras a todos os segmentos da população, “em particular daqueles que são vítimas históricas de desigualdades e opressões”, Kataguiiri recorre novamente à narrativa do “aparelhamento” das instituições de Justiça com vistas ao controle e uso político destas instituições “da mesma maneira que faz a Venezuela”. Em interpretação de trecho adiante (p.17) que diz respeito à “restrições à propriedade cruzada” visando impedir monopólios e oligopólios midiáticos de diferentes naturezas, fica exposto novamente, que trata-se de uma estratégia “como tentaram fazer na Venezuela”, para “estatizar, desapropriar veículos de comunicação pra passar pra movimentos “sociais” como o MST, MTST, CUT e etc.” (KATAGUIRI, 2018)

Adiante, o agente pede novamente a atenção de seus espectadores pra mais um trecho que constitui a “parte aterrorizante do programa” passando a ler o seguinte trecho:

“Construiremos as condições de sustentação social, para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática, soberana e unicameral, eleita por esse fim nos moldes da reforma política que preconizamos. Nosso governo participará logo após a posse da elaboração de um amplo roteiro de debates sobre os grandes temas nacionais e sobre o formato da constituinte.” (KATAGUIRI, 2018)

Curiosamente, nas versões que pesquisamos e encontramos disponíveis *online* pelo site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)²⁷ e do Partido dos Trabalhadores (PT) do plano de governo do PT para as eleições de 2018, o seguinte trecho não está presente, por isso não conseguimos referenciar a página como em outros trechos citados pelo agente no vídeo, trazendo à tona a dúvida sobre se o trecho – que no vídeo é citado exatamente aos 12min25seg – é inventado pelos agentes do MBL, já que Kataguiiri se mostra lendo tal trecho dentro do plano de governo que tem em mãos. À essa altura da descrição não é difícil imaginar que a interpretação do agente “revela” que a estratégia do PT neste caso “é exatamente como o Maduro fez”:

²⁷Link das Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República (2018) no *site* do TSE <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>> ou Link da Proposta de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) registrada no *site* do TSE <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000629808/proposta_1536702143353.pdf> Consulta em: 15/04/2020.

“(...) rasgar a atual Constituição, fazer uma nova em que o Poder Executivo, tomado completamente pelo PT, vai ter todas as prerrogativas do mundo pra prender jornalista, pra prender militante político, pra perseguir gente do MBL, e diversos outros pontos. Ou seja, **eles querem literalmente implantar uma ditadura no nosso país**, chamar uma nova Constituição, rasgar nossa atual Constituição, substituir o Congresso por conselhos populares, censurar a imprensa, perseguir opositores políticos, aparelhar o Ministério Público, aparelhar o Judiciário, é a destruição de todas as instituições brasileiras sistematicamente descrita aqui nesse programa de governo” (KATAGUIRI, 2018)

Esta última fala sintetiza bem os contornos da narrativa conspiracionista que os agentes do Movimento Brasil Livre, neste caso Kim Kataguirí, visam articular para seu público. O argumento prossegue. Numa passagem, ironiza-se a adoção de ações afirmativas nos diferentes serviços públicos. Comentando o trecho que diz “será implantado o quesito cor em todas as áreas de atendimento à saúde e no desenvolvimento de campanha” (p.20), o agente traduz esse ponto como a criação de um “tribunal racial pra saber qual a sua cor, pra saber qual vai ser o seu tratamento no SUS” (KATAGUIRI, 2018). Adiante, comentando trecho em referência ao “Programa Transcidadania, que garantirá bolsas de estudo a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade para concluírem o ensino fundamental e médio” (p.21), Kataguirí argumenta que se trata de

“(...) mais uma tentativa utilizar o público LGBT, jogar contra a sociedade, tentar utilizar os militantes desse movimento como massa da manobra, pra mais uma vez fazer aquela velha divisão, brancos e negros, heteros e homossexuais, enfim, por aí vai” (KATAGUIRI, 2018)

Adiante, nas palavras do próprio Kataguirí, “a gente entra num esquema mais socialista ainda”, falando sobre o trecho a respeito da reforma agrária. Aqui, o ator defende o enquadramento do MST como movimento terrorista. Alega ainda que o candidato petista visa “(...) fortalecer o MST, liberar invasão pra todo mundo (...) quem já está com a terra invadida não vai ter sua terra de volta por que vai ficar com o MST mesmo e você não vai poder reclamar” (KATAGUIRI, 2018).

Na sequência da leitura do agente, outro ponto é “aprofundar a doutrinação nas escolas”, dizendo respeito à leitura do seguinte trecho do plano de governo:

“Como contraponto ao Escola Sem Partido, nosso programa propõe a Escola com Ciência e Cultura, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural. As ações de educação para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade serão fortalecidas; serão massificadas políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica.” (p.26)

A interpretação vem a seguir:

“Basicamente é você aprofundar a doutrinação dentro de sala de aula, é você colocar ideologia de gênero em sala de aula, sabendo que a maior parte dos alunos não sabe ler, não sabe escrever, metade dos brasileiros não termina o ensino médio. Ou seja, colocar um monte de coisa que não é prioridade, um monte de coisa que não vai ajudar em absolutamente nada no mercado de trabalho, não vai ajudar em absolutamente nada numa formação acadêmica, pra continuar com essa mesma coisa de sempre, com a população sem educação, com a população sem saber ler, sem saber escrever, o cara não sabe ler nem sabe escrever mas ele vai saber ideologia de gênero, é um negócio triste, é um negócio bizarro, e como eu disse, um **plano totalitário**” (KATAGUIRI, 2018)

Prosseguindo, o agente destaca que outra das propostas do plano de governo petista é “soltar bandidos”, alegando que “o encarceramento em massa é uma mentira” já que “a maior parte dos bandidos não são presos, 98% dos assaltos não são descobertos, 92% dos homicídios não são descobertos” (KATAGUIRI, 2018). Apesar de mobilizar dados estatísticos na sua fala, o agente não faz questão de ilustrar as fontes das quais retirou os mesmos. Outro ponto destacado pelo agente é o que diz respeito ao “aumento progressivo dos recursos para o Ministério da Cultura” (p.35), que de seu ponto de vista consistiria no repasse de “bilhões e bilhões de reais só pra financiar artistas pró-governo, só pra financiar artistas pró-PT” (KATAGUIRI, 2018). Adiante, em crítica à um trecho na p.41 que diz que “haverá ganho real do salário mínimo em todos os anos, mesmo que o crescimento do PIB seja negativo”, o agente retoma a crítica tipicamente neoliberal a respeito da inflação gerada por práticas do Estado que colocam dinheiro em circulação sem aumento da produtividade real da economia. Em geral, há um recorte de debate com as pautas econômicas do plano de governo que está ancorado nas críticas neoliberais à toda e qualquer forma de regulação do mercado, ou à qualquer tentativa de flexibilização das condutas ortodoxas em termos da macroeconomia, seja em relação à lei de responsabilidade fiscal, seja em relação à taxa de câmbio ou outro dos pontos do tripé macroeconômico neoliberal – necessidade da geração ao superávit primário ou “equilíbrio fiscal”, regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante.

“(…) basicamente o programa de governo do Haddad é acabar com a estabilidade econômica do país. (...) você que hoje pode comprar um pão, pode comprar um carro, pode comprar uma toalha no supermercado, um saco de feijão um saco de arroz, governo Haddad quer acabar com seu poder de compra” (KATAGUIRI, 2018)

Na sequência do argumento, menciona-se a reforma urbana (discutida na p.52 do plano de governo), onde, conforme Kataguiri, “invadir casas dos outros” será uma política

pública institucionalizada, “o governo vai desapropriar casas por aí, basicamente pra entregar pra movimentos como o MTST.” (KATAGUIRI, 2018). Por fim, o ator fala sobre o tratamento da questão do agronegócio no plano de governo, tecendo críticas sobre o aumento da burocracia e das dificuldades para os produtores do agronegócio, os quais, conforme argumento, “mantém a balança comercial do Brasil positiva mesmo num momento de crise”, e criticando também o fato de o governo Haddad potencialmente colocar a reforma agrária no centro da agenda pública nacional. O ator encerra, por fim, elaborando a síntese de todos os pontos levantados em sua narrativa durante o vídeo:

“Gente, é **basicamente esse o programa do Haddad**, é assustador, é totalitário, quer regulamentar imprensa pra censurar as estruturas de comunicação; quer convocar constituinte pra ampliar os poderes do executivo e fazer uma ditadura; quer convocar um monte de plebiscito como Maduro faz na Venezuela, pra vencer na base da fraude, pra passar por cima do Congresso Nacional; criar conselhos populares aparelhados completamente com sindicato, com MST, com MTST, basicamente pra passar por cima do Congresso Nacional; dar televisão e rádio pro MTST, pra UNE, pra todos esses *movimentecos* (sic) aí que apoiam o governo; regulamentar e burocratizar o agronegócio; criar política de cotas pra tudo; aparelhar o Ministério Público (MP), aparelhar o Judiciário, acabar com o tecnicismo, acabar com o profissionalismo do MP e do Judiciário, democratizando tudo, jogando pra barbárie (...) acabando com as instituições brasileiras. **Se o PT vencer não sobra uma instituição brasileira e isso não sou eu que estou dizendo, é o programa de Haddad com Manuela D’Ávila de vice.** Então, por favor, eu suplico, espalhe esse vídeo pros seus amigos, mostre, baixa, põe no *whatsapp*, espalha no grupo da família, mostra pra todo mundo, não precisa acreditar em mim, tá lá no site do TSE o programa do PT, tá no site do PT o programa do PT, **está nas palavras que eu li, não inventei nada, não estou supondo nada, não é a minha opinião, é o que tá escrito**, (...) e se está tão escancarado assim, no mínimo eles pretendem implementar, então vamos ficar atentos porque a gente tá em uma das eleições mais importantes da história do nosso país. **Ou a gente se livra de vez desse mal, desse câncer da esquerda totalitária brasileira, ou definitivamente a gente vai virar uma Venezuela**” (KATAGUIRI, 2018)

Análise conceitual da narrativa

Neste que é, conforme nosso levantamento, o segundo vídeo com mais visualizações relacionado à palavra-chave “PT” no canal do Movimento Brasil Livre no Youtube, novamente os conceitos de “enquadramento”, retomando Azevedo (2018) e Messenberg (2017), e de “narrativa conspiracionista”, retomando Passos (2018), se mostram de valiosa utilidade. Vale destacar que existe uma importante diferença contextual entre ambos os vídeos, ainda que se adotem estratégias narrativas bastante semelhantes. No caso do nosso primeiro vídeo em análise, a data de sua publicação

(07/01/2019) é póstumo às eleições, quando se iniciava o novo mandato de um governador vinculado ao PT no Ceará, procurando demonstrar, portanto, como os petistas já estariam utilizando oportunamente os cargos públicos em favor de suas conspirações. No caso do segundo vídeo, sua data de publicação (30/09/2018) é de antes das eleições – o primeiro turno foi realizado em 07/10/2018 – o que nos leva a crer que o enquadramento narrativo em forma de conspiração, neste caso, visa demonstrar o “potencial destrutivo” dos candidatos petistas e, portanto, a ameaça representada por estes caso venham a assumir o poder institucional novamente, de forma a que o público receptor da mensagem possa se ‘precar’, ‘tomar uma atitude antes que seja tarde’. Ademais, é interessante notar como o agente procura ocultar seu papel enquanto interprete, enquanto uma lente entre o público e a leitura do plano de governo petista, que fica evidente no trecho “(...) está nas palavras que eu li, não inventei nada, não estou supondo nada, não é a minha opinião, é o que tá escrito” (KATAGUIRI, 2018), procurando colocar-se como reprodutor neutro de uma mensagem maligna evidente, onde cada tópico do plano de governo petista se constitui em uma peça do quebra-cabeças conspiracionista, seja ele relacionado à dimensão cultural, econômica ou político-institucional, e onde o desenho final é uma ditadura totalitária “que transforma o Brasil em Venezuela”, que necessita ser desmascarado e impedido pelos heróis ou pelos patriotas que tem seus olhos abertos e estão verdadeiramente bem informados e seguros em relação à política, não sujeitos à ‘alienação’ típica de todo e qualquer opositor político. Destaca-se ainda um traço característico do antipetismo que também é evidente neste vídeo, qual seja, o de que ele se articula apenas com fins de destruição, da negação da identidade alheia como descrito por Solano, Ortellado e Ribeiro (2017), ou da (des)construção da imagem pública de opositores políticos como trabalhado por Passos (2018), não sendo propositivo ou afirmativo, ou seja, não apresentando contrapropostas de fato, mas apenas minando a reputação política e/ou moral de seus adversários. Em nenhum momento do vídeo Kim Kataguiiri apresenta contrapropostas para os âmbitos da cultura, economia e política que aborda de maneira crítica no plano de governo de Haddad, ao contrário, o efeito moralizante da estratégia narrativa adotada pelo MBL no vídeo já se encontra em seu título: “Golpe de Estado: O plano de Haddad.” por Kim Kataguiiri”, e ademais o que se vê é um tom acusatório, moralizante e desesperado visando instar o medo da ‘ameaça petista’ e do “programa Venezuelano do PT” como diria um dos comentários no vídeo. No mais, é interessante notar como – ao menos em relação à vídeos relacionados ao PT – o público do MBL parece reagir à narrativas conspiracionistas, já que em nossos dois vídeos com o

maior número de *views* relacionados à palavra-chave “PT”²⁸ a análise aponta para traços de narrativa conspiracionista como estratégia de enquadramento narrativo para retratar/criticar opositores políticos.

ANÁLISE VIDEO 3

Kim Kataguirí detona manifesto de artistas pela “democracia”

626.292 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 24/09/2018.

<<https://www.youtube.com/watch?v=mz6hFVw-6uE>>

Descrição de aspectos-chave no vídeo

No terceiro vídeo o qual nos propomos a analisar, temos mais uma vez Kim Kataguirí discursando em foco, o ambiente ao fundo traz a sensação de estar em um quarto ou ‘sala de jogos’: há uma escada em espiral logo atrás do agente, indicando a existência de uma ‘andar’ ou ‘pisos’ superior, uma máquina de jogos eletrônicos ‘vintage’ à sua esquerda, na parede vê-se quadros desfocados logo ao lado da máquina de jogos, e um alvo para dardos à sua esquerda. O vídeo tem cortes em diferentes momentos, variando entre tomadas mais fechadas no rosto do agente (tomada pela qual o vídeo começa com Kataguirí anunciando o nome do manifesto “Democracia Sim”), e tomadas mais distantes com ênfases maiores no fundo de tela e ligeiramente mais afastadas do agente. Como no primeiro vídeo, os cortes têm em vista a função de gerar efeitos de ênfase maior ou menor sobre trechos específicos da fala do agente no vídeo.

A situação retratada – Manifesto Democracia Sim

A seguir, portanto, disponibilizo integralmente o manifesto que é o alvo das críticas do agente no vídeo em questão que nos propomos analisar:

Democracia Sim

MANIFESTO

Pela Democracia, pelo Brasil

²⁸ 1.205.385 visualizações em 13/04/2020 e 1.181.709 visualizações em 13/04/2020 respectivamente.

Somos diferentes. Temos trajetórias pessoais e públicas variadas. Votamos em pessoas e partidos diversos. Defendemos causas, ideias e projetos distintos para nosso país, muitas vezes antagônicos.

Mas temos em comum o compromisso com a democracia. Com a liberdade, a convivência plural e o respeito mútuo. E acreditamos no Brasil. Um Brasil formado por todos os seus cidadãos, ético, pacífico, dinâmico, livre de intolerância, preconceito e discriminação.

Como todos os brasileiros e brasileiras sabemos da profundidade dos desafios que nos convocam nesse momento. Mais além deles, do imperativo de superar o colapso do nosso sistema político, que está na raiz das crises múltiplas que vivemos nos últimos anos e que nos trazem ao presente de frustração e descrença.

Mas sabemos também dos perigos de pretender responder a isso com concessões ao autoritarismo, à erosão das instituições democráticas ou à desconstrução da nossa herança humanista primordial.

Podemos divergir intensamente sobre os rumos das políticas econômicas, sociais ou ambientais, a qualidade deste ou daquele ator político, o acerto do nosso sistema legal nos mais variados temas e dos processos e decisões judiciais para sua aplicação. Nisso, estamos no terreno da democracia, da disputa legítima de ideias e projetos no debate público.

Quando, no entanto, nos deparamos com projetos que negam a existência de um passado autoritário no Brasil, flertam explicitamente com conceitos como a produção de nova Constituição sem delegação popular, a manipulação do número de juízes nas cortes superiores ou recurso a autogolpes presidenciais, acumulam declarações francamente xenofóbicas e discriminatórias contra setores diversos da sociedade, refutam textualmente o princípio da proteção de minorias contra o arbítrio e lamentam o fato das forças do Estado terem historicamente matado menos dissidentes do que deveriam, temos a consciência inequívoca de estarmos lidando com algo maior, e anterior a todo dissenso democrático.

Conhecemos amplamente os resultados de processos históricos assim. Tivemos em Jânio e Collor outros pretensos heróis da pátria, aventureiros eleitos como supostos redtores da ética e da limpeza política, para nos levar ao desastre. Conhecemos 20 anos de sombras sob a ditadura, iniciados com o respaldo de não poucos atores na sociedade. Testemunhamos os ecos de experiências autoritárias pelo mundo, deflagradas pela expectativa de responder a crises ou superar impasses políticos, afundando seus países no isolamento, na violência e na ruína econômica. Nunca é demais lembrar, líderes fascistas, nazistas e diversos outros regimes autocráticos na história e no presente foram originalmente eleitos, com a promessa de resgatar a autoestima e a credibilidade de suas nações, antes de subordiná-las aos mais variados desmandos autoritários.

Em momento de crise, é preciso ter a clareza máxima da responsabilidade histórica das escolhas que fazemos.

Esta clareza nos move a esta manifestação conjunta, nesse momento do país. Para além de todas as diferenças, estivemos juntos na construção democrática no Brasil. E é preciso saber defendê-la assim agora.

É preciso dizer, mais que uma escolha política, a candidatura de Jair Bolsonaro representa uma ameaça franca ao nosso patrimônio civilizatório primordial. É preciso recusar sua normalização, e somar forças na defesa da liberdade, da tolerância e do destino coletivo entre nós.

Prezamos a democracia. A democracia que provê abertura, inclusão e prosperidade aos povos que a cultivam com solidez no mundo. Que nos trouxe nos últimos 30 anos a estabilidade econômica, o início da superação de desigualdades históricas e a expansão sem precedentes da cidadania entre nós. Não são, certamente, poucos os desafios para avançar por dentro dela, mas sabemos ser sempre o único e mais promissor caminho, sem ovos de serpente ou ilusões armadas.

Por isso, estamos preparados para estar juntos na sua defesa em qualquer situação, e nos reunimos aqui no chamado para que novas vozes possam convergir nisso. E para que possamos, na soma da nossa pluralidade e diversidade, refazer as bases da política e cidadania compartilhadas e retomar o curso da sociedade vibrante, plena e exitosa que precisamos e podemos ser.²⁹

A narrativa acerca do Manifesto

No início do vídeo o agente começa citando alguns dos nomes que assinaram o “tal manifesto contra o Bolsonaro e *supostamente* pela democracia” (KATAGUIRI, 2018), salientando que se tratam de “diversos artistas que já publicamente declararam apoio à candidatos de esquerda”, após citar o nome de cerca de 9 figuras públicas, Kataguiiri assegura que se tratam de “diversos membros da elite brasileira”. Após ler o segundo parágrafo do manifesto, o ator passa a argumentar desenhando sua estratégia narrativa:

“(…) então espera aí, todo esse pessoal está pela democracia, todo esse pessoal está pelas nossas instituições, pela tolerância, etc. Mas esse pessoal não se manifestou em absolutamente nada quando estourou por exemplo o escândalo do Mensalão [2005] em que você via uma ameaça direta à democracia com o executivo fazendo com que o legislativo se submetesse à todas as suas pautas via dinheiro público. Aí não teve manifesto nenhum, inclusive teve gente dessa mesma elite, apoiando o governo de Lula e falando que o Lula é o maior presidente da história do Brasil, esse risco à democracia parece que eles não viram.” (KATAGUIRI, 2018)

O ator prossegue sua fala e cita outros escândalos de corrupção dos anos recentes como por exemplo “o escândalo dos anões do orçamento” (1993), a “Operação Satiagraha” (2004-2008), a “Operação Castelo de Areia” (2009), enfim,

²⁹ Retirado de < <https://democraciasim.com.br/>> No mesmo endereço eletrônico se encontram nomes de algumas personalidades públicas que assinaram o manifesto. Consulta em: 16/04/2020.

“(…) diversas operações que descobriram **escândalos de corrupção gigantescos**, muitas vezes envolvendo, aliás – neste momento do vídeo tem-se um corte com o fechamento da tomada no rosto do agente, indicando a ênfase da fala – **na maioria das vezes envolvendo políticos de esquerda**, também não tinha manifesto nenhum” (KATAGUIRI, 2018)

O argumento prossegue alegando a ‘cegueira’ dos assinantes do manifesto em relação ao envio de “subsídios milionários e até bilionários à ditaduras, como a ditadura angolana, como a ditadura venezuelana, como a ditadura cubana” (KATAGUIRI, 2018) enfim, conforme argumento, “países ditatoriais em que a população passa fome e que esse dinheiro vai direto pro bolso dos seus ditadores”. O ator evoca ainda o escândalo do “Petrolão” ou Operação Lava Jato (2014-presente), dentre as suas acusações, bem como “quando Lula também afirmou que mandaria prender os jornalistas que fazem as notícias contra ele”, ou ainda, “em relação à intolerância, discriminação e preconceito” salienta o ator, “não teve manifesto nenhum quando o Lula falou que a culpa era dos banqueiros brancos dos olhos azuis não é? (sic) Não, imagina, isso não é racismo não, racismo só existe quando é pra negro, quando é pra qualquer outra raça não existe” (KATAGUIRI, 2018), enfim, como um último apontamento, o ator cita “quando o Lula fez piada com estupro, com a Clara Ant, falando que ela acordou achando que estava num sonho porque tinha um monte de agente da Polícia Federal em volta dela” (KATAGUIRI, 2018). Desta forma, a razão pela qual as personalidades públicas citadas decidem assinar o manifesto seria o temor à vitória

“(…) de um candidato (...) que pelas pesquisas aí mostra que cresce cada vez mais, e que tem muita chance de vencer que é o Bolsonaro, que é um candidato que por mais que a gente tenha críticas a fazer a ele, **nunca se envolveu em escândalos de corrupção, nunca falou que ia mandar prender jornalista, nunca teve nenhum tipo de fala absurda** ou fez piada com estupro como o Lula fez” (KATAGUIRI, 2018)

Enfim, tudo estaria resumido a “uma grande cara de pau desses artistas e dessa elite” sendo que tanto os artistas quanto grande parte da elite brasileira

“lucraram e lucraram muito durante os governos petistas e justamente por causa disso não falaram nada. **Isso se trata única e exclusivamente de canalhice**. Não se trata de preocupação com a democracia, com a moralidade, com a ética, com a tolerância, ou em combater a discriminação. É a simples cara de pau de quem está com **medo de perder os seus benefícios de elite**, de quem está com medo de perder todo o dinheiro público que é irrigado diretamente pros seus bolsos todos os anos (...). É de fato **um manifesto absurdo, é de fato um manifesto hipócrita, que não representa em nada a população brasileira** (...). Enfim, o recado fica bastante claro, boa parte dos artistas e da elite brasileira sempre **jogaram contra o Brasil** durante os governos petistas, e continuam lutando cada vez mais ferrenhamente com medo de perder

a sua mamata, com **medo de perder a sua posição social**. O que nós do MBL pudemos fazer pra combater essa hipocrisia (...) nós vamos fazer.” (KATAGUIRI, 2018)

Análise conceitual da narrativa

Uma vez mais, um primeiro passo importante é observar o contexto de publicação do vídeo 24/09/2018, às vésperas das eleições neste mesmo ano – primeiro turno realizado em 07/10. Aqui, parece que saímos da estratégia conspiracionista, apesar de ela ainda incidir residualmente no trecho “boa parte dos artistas e da elite brasileira sempre jogaram contra o Brasil durante os governos petistas”. O que nos parece estar em jogo neste vídeo é a produção do que alguns autores chamam de ‘informação de combate’ (RIBEIRO, ORTELLADO, 2018). Os autores definem a ‘informação de combate’ da seguinte maneira:

pode ser apenas um recorte conveniente do noticiário do dia, uma notícia com uma manchete sensacionalista, um fato retirado do seu contexto, um exagero ou uma especulação apresentada como fato – ocasionalmente, pode até mesmo ser uma mentira. (RIBEIRO, ORTELLADO, 2018, p.73)

Uma das bases estruturantes da informação de combate produzida pelo agente neste vídeo é a crítica à corrupção, que conforme autores, “produz adesão imediata dos interlocutores, que se veem compelidos a se manifestarem favoravelmente a iniciativas que visem combatê-la.” (KOERNER, SCHILING, 2015, p.83). Conforme Tatagiba (2017 p. 88), a junção entre antipetismo e luta contra a corrupção “ofereceu uma poderosa chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas”. Desta forma, acredito que neste vídeo temos um bom exemplo tanto da ligação poderosa criada por *antipetismo e combate à corrupção*, sob diferentes enquadramentos, quanto da *informação de combate*, estratégia que responde bem às características da circulação da informação em tempos de redes sociais, já que, conforme autora “as informações transmitidas pela mídia e pelos “anônimos” nas redes sociais são construídas sobre uma “credibilidade instantânea”, uma vez que se tornam verdadeiras por “serem verdadeiras em tempo real” (EDOARDO, 2018, p.143; BAUDRILLARD, 2011) e ainda pelo fato de que existe maior presença e influência dos “grupos de

proximidade”³⁰ nas segmentadas redes de transmissão e reprodução das informações entre o público, de forma que, conforme o mesmo autor “quando uma mensagem faz todo o sentido para nossa visão de mundo e para nossa estrutura de pensamento, ela tende a ser incorporada e replicada” (SILVEIRA, 2015, p.224). Nesse sentido, numa ótima observação, Débora Messenberg (2017) atina para a existência de um processo duplo que acontece a partir – mas não apenas – das novas mídias de massas e redes sociais, sendo que, além de um conteúdo simbólico ser elaborado para atingir diferentes públicos e massificar-se, ele deve fornecer certos referenciais com vistas à promoção de uma visão específica de mundo – ou seja, encontrar alguma heterogeneidade, seja na forma de apresentação ou nos conteúdos das mensagens, dentro das fronteiras caracterizáveis de um certo conjunto homogêneo, ou ainda em outras palavras, que esses conteúdos simbólicos possam diversificar-se dentro de uma determinada fronteira dos seus possíveis. Conforme a própria autora:

No mundo contemporâneo **os meios de comunicação de massa e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção dos enquadramentos**, os quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas. Tais enquadramentos são produzidos de forma interativa, isto é, são resultados de um **processo de mão dupla entre os emissores e os receptores da informação**, o qual envolve tanto a repetição de padrões interpretativos e compreensivos de forma seletiva e manipulatória, quanto a de valores e símbolos dominantes no senso comum, que são assim retroalimentados e/ou reformados de forma dinâmica. (MESSEMBERG, 2017, p.626)

Dessa forma se desenha uma interessante estratégia de disseminação do conteúdo ideológico-político na contemporaneidade, que responde tanto à uma forma específica da produção dessas representações, quanto à uma maneira específica pela qual essa informação circula, trazendo à tona verdades auto evidentes para públicos específicos, os quais se visa tornar os mais amplos quanto for possível.

³⁰ Onde “ocorre mais a reprodução de postagens baseadas na confiança, reputação e simpatia, independente da verdade dos conteúdos.” (SILVEIRA, 2015, p.218)

ANÁLISE VÍDEO 4

PT CAIU NA ARMADILHA! ENTENDA| Por Renan Santos

463.052 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 04/04/2019

<<https://www.youtube.com/watch?v=5C-VnZdDudo>>

Descrição de aspectos-chave do vídeo

O quarto vídeo em análise começa com um recorte de fala do deputado estadual Paulo Pimenta (PT), retirado de uma transmissão da TV Câmara da audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara que tratava da reforma da previdência, no dia 03/04/2019, em que o Ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, foi discutir a reforma com os deputados. No canto superior esquerdo do vídeo, tem-se escrito em letras garrafais “DEPUTADO DO PT”. A fala do deputado recortada é a seguinte: “(...) eu sou capaz de propor uma emenda pra todo mundo e a gente vota a favor e aprova por unanimidade a reforma de vocês”. Na sequência da exibição do recorte, repete-se a imagem com a fala do deputado, dessa vez, com uma música de fundo, um filtro vermelho em toda a imagem, e a voz do deputado reproduzida em velocidade reduzida. Na sequência de outro corte, temos uma tomada do que aparenta ser um quarto pessoal ou um escritório, em foco está Renan Santos, outro militante do MBL, no canto inferior esquerdo da imagem vê-se um violão apoiado sob a parede, na parte superior esquerda, tem-se uma samambaia suspensa no ar, abaixo dela, sob a parede, também do lado esquerdo do agente na imagem, um quadro com a imagem de uma câmera fotográfica *vintage*, e do lado direito uma moldura com uma imagem abstrata. Após o ator explicar o contexto, de que se tratava de uma discussão na CCJ, que o Ministro Paulo Guedes havia ido até lá para debater com os deputados, reproduz-se mais uma vez o recorte com a fala do deputado Paulo Pimenta, dessa vez, com um trecho maior:

“(...) se a capitalização fosse boa, e o senhor acredita que a capitalização é melhor do que o outro sistema, porque vocês não propuseram que os militares entrem pro sistema de capitalização? Porque vocês não estão propondo que as Forças Armadas venham, se esse sistema é tão bom? Eu já tenho dito o seguinte: se vocês propuserem aprovar um sistema para os militares de previdência e pensões, eu sou capaz de propor uma emenda estendendo pra todo mundo e a gente vota a favor e aprova por unanimidade a reforma de vocês. Mas porque vocês não propõem? Então, Ministro, eu quero fazer uma sugestão ao senhor, estou vendo que o senhor é um cara bem intencionado. Convince o governo a mandar pra cá um projeto regulamentando teto salarial e entrar nessa briga. Eu também tenho vergonha, vi agora um relatório de um tribunal de justiça de um estado, 250 mil, 200 mil recebendo por mês um juiz, um promotor, pensões de 500 mil, pensões de

200 mil, aposentadorias milionárias, acúmulos. Porque o governo não enfrenta? Tem nosso apoio pra enfrentar isso, pra taxar lucros e dividendos, grandes fortunas, revogar a MP do trilhão, e aí sim nós vamos fazer um debate pra valer, começando a acertar as contas com quem ganha mais, e não com quem tem menos.” (PAULO PIMENTA, 2019)

A narrativa articulada no vídeo

Após a exibição dessa fala do deputado, o vídeo retoma para a tomada de Renan Santos, que alega que o ‘desafio’ do deputado “foi muito bom”, compreendendo que conforme a fala do deputado, “se meterem então regime de capitalização para os militares aí coloca pra todo mundo e o PT vota à favor, é isso?” (SANTOS, 2019), prosseguindo dizendo que ‘topam’ e que ‘se uniria ao PT para fazer essa companha juntos’, para colocar o regime de capitalização para os militares, e passar “com quase uma unanimidade a reforma da previdência na Câmara”. Após isso, exibe-se mais um trecho da transmissão de CCJ, onde se tem uma fala de Kim Kataguirí – já como Deputado Federal (DEM-SP):

“(…) o que eu queria levantar Presidente, aproveitar a oportunidade pra anunciar, se tiver oportunidade de participar da comissão especial, já que foi proposto aqui um acordo por um deputado petista de que se for apresentado emenda pro sistema de capitalização dos militares a gente aprova por unanimidade, eu me comprometo a apresentar essa emenda, e agora eu quero que o deputado cumpra com a sua palavra, e que a oposição então vote a previdência com sistema de capitalização pra todo mundo, a gente aprova por aclamação em dois turnos aqui no mesmo dia” (KIM KATAGUIRI, 2019)

Após essa fala, o vídeo retoma mais uma vez para a tomada com Renan Santos, e após elogiar a atitude de seu companheiro de militância na CCJ, o agente passa a articular, como aponta, três observações:

“A primeira observação é: demonizaram a articulação e o resultado não foi bom, eu vou explicar porque; o segundo é: a esquerda está perdida novamente naquele discurso bosta e infrutífero dos anos 1990; e três: definitivamente o governo não está se preparando pra reforma da previdência.” (SANTOS, 2019)

Na discussão do primeiro ponto o ator alega que na CCJ o Ministro Paulo Guedes passava por uma “inquisição, tiro ao alvo, um corredor polonês”, por haverem ali apenas deputados de esquerda, devido à “falta de articulação através do líder de governo com os partidos da base que tem representação na CCJ”, resultando na falta de uma “distribuição equânime de perguntas para o Paulo Guedes”. Conforme fala do agente:

“O que rolou com o Guedes ontem foi muito ruim, foi muito errado, **abandonaram um soldado sozinho no campo de batalha**, não dá pra falar que isso é correto, tanto que que a bolsa caiu, houve reflexos no mercado” (SANTOS, 2019)

Prosseguindo, o ator salienta que “os discursos do PT são lamentáveis” e que “com uma oposição dessas fica até fácil”. Analisando os ditos discursos, o ator destaca:

“o discurso deles voltou pra aquele discurso dos anos 90 do PT, não que o discurso melhorou muito nas ultimas décadas, mas aquele discurso de ‘direitos, direitos, direitos, entreguismo, capitalismo malvadão (sic), regime de capitalização? Opa, cuidado estamos ajudando os rentistas’ voltou um discurso completamente infantilizado, me senti nos anos 90 (...) voltamos pra uma época completamente atrasada, com o PT fazendo aquele discurso anacrônico (...) **discurso ruim, mentira atrás de mentira**” (SANTOS, 2019)

Em finalização sobre esse ponto, Renan Santos ainda afirma que o PT “está cumprindo um papel de quanto pior, melhor. De sabotagem do Brasil”. Após isso, exhibe-se no vídeo outro recorte com a fala de um deputado do PT, desta vez, Paulo Teixeira, gerando efeito de ironização da fala do mesmo. Em referência ao terceiro ponto levantado anteriormente em sua fala, Renan Santos prossegue alegando que o governo “está perdido na reforma da previdência”. E prossegue:

“O que rolou com o Guedes, o **Guedes é um soldado de elite**, como se fosse naquele filme Tróia o Aquiles que era o principal soldado. Ele foi colocado lá no meio do batalhão dos adversários, ele vai sair matando, e ele ficou lá matando, mas uma hora o soldado não aguenta, ‘agora não dá’. Aí tem outros soldados importantes, tá lá o Kim [Kataguirí], tá lá o Marcel [van Hattem] (...), mas não dá, você precisa de um trator pra poder vencer essa eleição e um trator de trezentos e tantos votos pra poder passar a reforma. E o governo não está se movimentando minimamente pra fazer isso acontecer” (SANTOS, 2019)

Em seguida, exhibe-se no vídeo “a nuvem de palavras no *twitter* (...) nas últimas 24 horas, do Eduardo Bolsonaro, presta atenção qual é, quase nada, ou nada de previdência; do Jair Bolsonaro, também praticamente nada; aí você compara isso com MBL, e com o Kim. Presta atenção que tanto no MBL, quanto no Kim a gente fala bem mais sobre o tema ‘Paulo Guedes’, ‘reforma da previdência’, isso no *twitter*.”

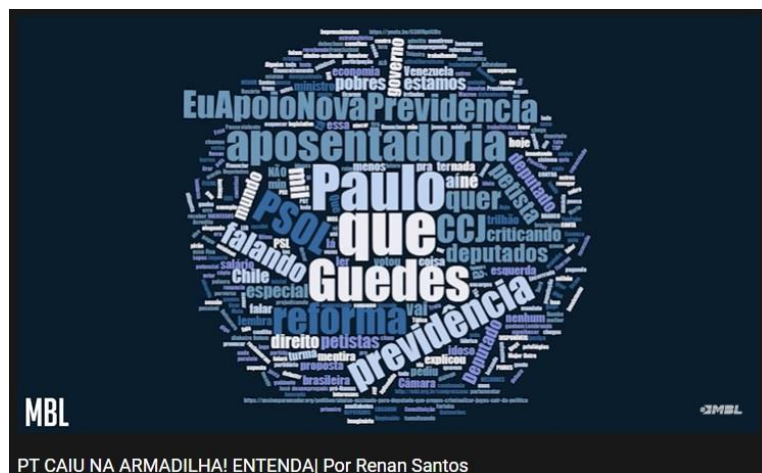
As nuvens de palavras exibidas no vídeo são as seguintes:



Nuvem de palavras Eduardo Bolsonaro. Reprodução YouTube, canal “MBL-Movimento Brasil Livre”



Nuvem de palavras Jair Bolsonaro. Reprodução YouTube, canal “MBL-Movimento Brasil Livre”



Nuvem de palavras MBL. Reprodução YouTube, canal “MBL-Movimento Brasil Livre”



Nuvem de palavras Kim Kataguiri. Reprodução YouTube, canal “MBL-Movimento Brasil Livre”

Prosseguindo com o argumento o agente destaca que:

“(…) não está se fazendo o mínimo em comunicação, o mínimo em dar o exemplo. Precisa ser dado o exemplo. A reforma da previdência, como vocês podem ter visto pelo discurso dos petistas, é basicamente uma máquina de dragar popularidade. E pros deputados eles perdem popularidade fazendo isso. E o governo tem que entrar em campo pra mostrar ‘se você for perder popularidade eu também vou tá? Todos nós vamos’ (...) vamos se (sic) ajudar e passar a reforma, é um problema mesmo. Esse discurso do PT é anos 90, é velho, mas cola. E o governo não está caminhando nisso” (SANTOS, 2019)

O ator prossegue, atentando para o fato de que “nós precisamos passar a reforma (...) se não passar a reforma não vai ter nem Parlamento, não vai ter microfone não vai ter político pra falar nada, simplesmente porque o Brasil vai pro buraco” (SANTOS, 2019)

Análise conceitual da narrativa

A proposta do vídeo é dispersa, mas tem em vista esses três pontos levantados pelo agente em sua fala, que de alguma maneira tem como pano de fundo a defesa da reforma da previdência. A narrativa possui as características já citadas da ‘informação de combate’ (RIBEIRO, ORTELLADO, 2018), uma vez que a reforma da previdência gera e continua gerando muito debate na esfera pública. Neste caso em específico, a atuação do MBL nos parece homóloga à do que alguns autores identificam como *think tanks*³¹. Em texto de 2015, Camila Rocha chega a apontar para a proximidade do Movimento

³¹ Conforme autor, “centros de propaganda e agitação fomentados por empresários neoconservadores.” (MORAES, 2015, p.231).

Brasil Livre com organizações dessa natureza, como o Instituto Millenium³² e o Instituto Ordem Livre (ROCHA, 2015, p.275). Conforme outro autor, a atuação dos *think tanks* não visa apenas modular as políticas, mas todo o ambiente geral da política, a agenda do debate público

O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências”. Daí a relevância, para essas organizações, da indústria da mídia e do entretenimento. (MORAES, 2015, p.232)

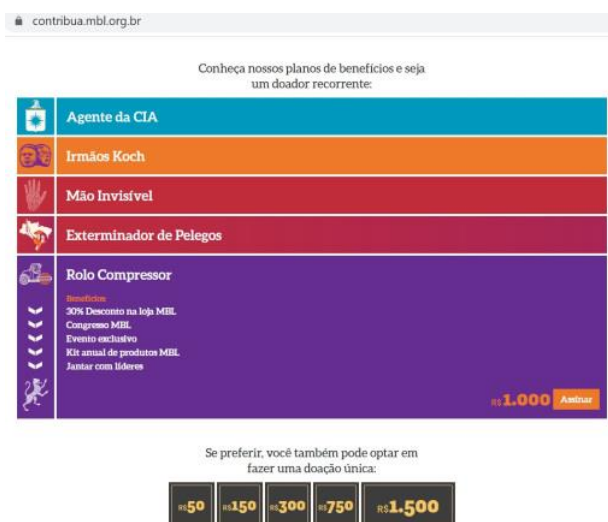
Ainda conforme autor, com vistas a esse objetivo de modulação das percepções e preferências, aos *think tanks* não basta “construir mapas conceituais conservadores. É preciso dissolver (de qualquer modo) as tentativas de consolidação de mapas conceituais progressistas” (MORAES, 2015, p.241). Nesse sentido, fica explícita esta intenção em trechos como “(...) a esquerda está perdida novamente naquele discurso bosta e infrutífero dos anos 1990” ou “(...) voltamos pra uma época completamente atrasada, com o PT fazendo aquele discurso anacrônico (...) discurso ruim, mentira atrás de mentira” (SANTOS, 2019). A criação destes grupos e a proliferação de seus porta-vozes nas novas mídias digitais e redes sociais tem em vista o aumento da visibilidade das pautas políticas e econômicas defendidas pelo movimento neoliberal (ROCHA, 2015, p.275), processo que passa a se acelerar no Brasil a partir do final do primeiro mandato do governo Lula (ROCHA, 2015). Com isso em vista, é possível compreender tanto a forte defesa da reforma da previdência – por sua orientação de adaptação propriamente neoliberal do regime previdenciário, que acompanha outras reformas com a mesma orientação como por exemplo a Reforma Trabalhista (2017), que representou uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017, e os programas de privatização (por exemplo da Casa da Moeda do Brasil, Eletrobrás, áreas de exploração do Pré-Sal) que tiveram início já no governo Temer – assim como a construção da imagem do Ministro Paulo Guedes – que pode ser interpretado como ‘ultraliberal’ pelos termos de Chaloub, Lima e Perlatto (2018), doutorado em Economia pela Universidade de Chicago (Ou Escola de Chicago), amplamente conhecida por sua defesa do livre mercado, laissez-faire quase absoluto, e do monetarismo, liderada por nomes como George Stigler e Milton Friedman – como um

³² O atual Ministro da Economia Paulo Guedes é um dos fundadores do Instituto Millenium, conforme página online do próprio instituto. < <https://www.institutomillennium.org.br/author/paulo-guedes/>> Consulta em: 18/04/2020.

‘soldado de elite’, conforme termos do próprio agente, que revela uma face contrária do processo de (des)construção da imagem pública tratada por Passos (2018), aqui guiada em conotação positiva para a construção da imagem heroica do representante dos interesses neoliberais. O terceiro ponto levantado na fala do agente é reflexo da postura do movimento, tratando-se de crítica à postura ao governo Bolsonaro por não priorizar o suficiente, ao menos em termos da comunicação social do governo, a relevância da reforma da previdência. De maneira geral, é possível entender a aproximação do MBL à atuação do *think tanks*, já que, como dito anteriormente, a atuação destes não é apenas pontual, mas cotidiana, na forma de comentários políticos que visem situar seus ouvintes e interlocutores frente às ocasionais situações políticas que transcorrem no passar do tempo, atitude que os próprios agentes traduzem, tomando o termo de empréstimo, como ‘militância política’

Os *think tanks* não agem apenas como os lobbies, assediando preferencialmente a fase final das decisões, quando elas estão virando políticas, quando estão sendo aplicadas. Podem até fazê-lo, mas não é seu papel original. Eles são criados para algo que vai além (e aquém) desse momento: eles existem para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas. Para construir, nas mentes e nos corações dos indivíduos, aquilo que devem considerar crível e factível. (MORAES, 2015, p.232)

Por fim, vale-se destacar a ligação de dependência e a correspondência de interesses entre os posicionamentos políticos e tendências ideológicas dos *think tanks* e do Movimento Brasil Livre – pela relativa aproximação e semelhança que seus posicionamentos possuem no debate público – para com o setor empresarial. Conforme Moraes (2015) os *think tanks* dependem do financiamento – direto ou indireto – de setores empresariais, já que “empresários injetam dinheiro nas fundações “filantrópicas”. E estas financiam os centros de intervenção, os *think tanks*.” (MORAES, 2015, p.243). O Movimento Brasil Livre possui uma página para o recebimento destas doações independentes, ou para se tornar assinante e doador recorrente. As categorias de assinante são: Agente da CIA (R\$30/mês); Irmãos Koch (R\$100/mês); Mão Invisível (R\$250/mês); Exterminador de Pelegos (R\$500/mês); Rolo Compressor (R\$1000/mês). As diferentes categorias têm direitos também a diferentes benefícios. Abaixo, imagem ilustrando a interface atual (consulta em 18/04/2020) da página de recebimentos de doações do MBL



Interface da página < <https://contribua.mbl.org.br/>>. Consulta em: 18/04/2020.

ANÁLISE VÍDEO 5

TUTORIAL: como vencer o PT no segundo turno. | por Renan Santos

455.002 visualizações em 13/04/2020 / Postado em: 26/09/2018

<<https://www.youtube.com/watch?v=NLqLuSyxBfw>>.

Descrição de aspectos-chave do vídeo

A estrutura e ambiente de nosso quinto e último vídeo em análise são novamente um agente em foco na imagem, Renan Santos, sentado sob um pequeno sofá, segurando uma caneta, com um fundo bastante desfocado, pouco nítido, onde se vê uma prateleira repleta de caixas. Mais uma vez, são usados cortes com abertura e fechamento da imagem no rosto do agente para gerar os efeitos de ênfase maior ou menor em determinados trechos de sua fala. Conforme o próprio agente, trata-se de um vídeo “muito importante”, onde pede-se que os ‘espectadores’ assistam “do início ao fim, e prestem atenção aos detalhes”. A proposta, como prossegue argumentando Renan Santos, é explicar

“(…) porque o Haddad muito provavelmente está no segundo turno já (sic), está garantido, e mais, todo o caminho que ele fará e ele percorrerá pra tirar ainda mais votos da região nordeste e das periferias das grandes cidades” (SANTOS, 2018)

Contudo, assegura o agente, neste vídeo não se trarão apenas “más notícias”, também vai-se dizer o que se pode fazer “para impedir o crescimento do petismo (...) a estratégia que você pode adotar, tua família, teus amigos podem adotar”. O ator faz

menção direta ao que seria o objetivo do vídeo: reverter as informações ali transmitidas em votos ‘antipetistas’, como fica explícito no seguinte trecho:

“(…) se esse vídeo for visto por pelo menos 100 mil pessoas, (…) se cada um virar 6 votos; se esse vídeo for visto por 200 mil pessoas e cada um virar 6 votos, a gente já come a diferença que ele possa vir a ter no segundo turno” (SANTOS, 2018)

Temos então, conforme o próprio Renan Santos, que neste vídeo vai-se “falar do problema, e sugerir coisas que você pode fazer pra tirar da mão do PT, o Palácio do Planalto” (SANTOS, 2018). Antes de prosseguir, cumpre destacar que a data de postagem do vídeo é de 10 dias antes do primeiro turno das eleições em 2018, e possuía 455.013 visualizações em 18/04/2020.

A narrativa articulada no vídeo

O ator inicia sua fala atentando os interlocutores de que “o MBL fez um agregador de pesquisas” onde se poderia acompanhar “a média diária de todas as pesquisas nos últimos 7 dias (...) de vários institutos diferentes, várias metodologias diferentes”. Nesta média, conforme prossegue o argumento – até a data do vídeo – Bolsonaro teria uma média de 28% e Haddad teria de 19%. Como destaca o agente, “o que importa é a tendência de subida do Fernando Haddad”. Adiante, o ator levanta o seguinte possível questionamento de seus interlocutores: “(...) de onde o Haddad está tirando esses votos se eu não conheço esses eleitores?” alertando para o fato de que neste ponto, temos “o cerne do vídeo”. A partir disso, Renan Santos relembra de outro vídeo publicado anteriormente no canal do MBL, onde tratava-se exatamente deste tema:

“De que o Haddad (...) iria crescer, em especial no nordeste, utilizando-se da rede deputados, prefeitos e em especial de candidatos à governador naquela região, que iriam irrigar, fazer a máquina chegar naqueles lugares onde tem os eleitores, irrigar esses eleitores de material falando que o Lula era Haddad, que o Haddad era Lula, a propaganda ia ser toda voltada nisso, a TV era toda voltada nisso, e aquele eleitor que gosta do Lula, que não sabe as vezes nem que o Lula foi preso, que está perdido da vida: ‘ah o Haddad é o Lula, eu vou votar em quem o Lula mandar’ (SANTOS, 2018)

A argumento segue, enfatizando o crescimento que Haddad teria no nordeste naquele momento, onde já estaria, conforme o IBOPE, com 34% das intenções de voto, e com a “terrível notícia” de que ainda haveria mais espaço para o crescimento do candidato petista, e além disso, espaço “para que Haddad roube votos por exemplo do

Ciro Gomes (...) e vá com chances, empatado ou talvez até na frente do Bolsonaro pro segundo turno” (SANTOS, 2018). Em seguida, o ator pega uma ‘cola’ com anotações sobre como estaria o cenário pra eleição dos governadores no nordeste, onde, após passar pelos números dos respectivos candidatos nos estados do Ceará, Alagoas, Maranhão, Piauí, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, procura demonstrar que “todos os candidatos apoiados pelo PT tem muito mais do que 34% na região nordeste”, procurando chegar ao ponto de que “se o Haddad está subindo e disparando no nordeste, isso vai aumentar de velocidade e vai subir ainda mais”, ficando portanto “provado” que “(...) a estrutura de poder, a estrutura política do PT operando no nordeste, é uma ferramenta real capaz de colocar eles no segundo turno” (SANTOS, 2018). O argumento prossegue com o ator discutindo mais alguns dados especificamente sobre Fernando Haddad na pesquisa do IBOBE pra ilustrar “o cenário eleitoral dele”

“O Haddad por exemplo tem 25% entre os brasileiros que são **católicos** e ele tem 17% entre os que são **evangélicos**, ou seja, o público evangélico é muito mais catequizado a não apoiar o petismo, há um tipo de política feita dentro da igreja que impede que as pessoas sigam os valores de esquerda, e isso é uma vantagem nítida; Outro ponto, nas **idades pequenas**, cidades até 50 mil habitantes, o Haddad tem cerca de 20% das intenções de voto, sendo que nas **idades (...) médias e maiores** ele tem cerca de 13%, ou seja, rincões, cidades pequenas, que é por exemplo o padrão do sertão do nordeste, cidades menores que dependem do trabalho do governo federal, da assistência do bolsa família, nesses locais o Haddad já está presente (...); O Haddad apresenta pra pessoas que ganham **até 1 salário mínimo** 30% das intenções de voto, ou seja (...) no brasileiro mais pobre de todos o Haddad já chegou a 30%; de **1 a 2 salários mínimos** ele já tem 21%; de **2 a 5 salários mínimos** ele já tem 19%; e **mais de 5 salários mínimos** ele já tem 15%; ai talvez você vai falar (...) ‘não está tão grande a diferença do eleitorado mais pobre pro mais rico, o Haddad tá crescendo bem em todos’, mas isso é uma meia verdade. O eleitor mais rico tende a se informar antes, ele acompanha as redes sociais, acompanha a televisão, (...) ele acompanha o noticiário político, então quanto mais renda ele tiver, mais instruído ele vai ser, via de regra é mais ou menos assim, e aí mais ele vai saber que o Haddad já é candidato. Quanto mais pobre e menos informado, menos você sabe por exemplo que o Haddad é o candidato do Lula” (SANTOS, 2018)

Após essa passagem, o ator prossegue em sua análise, propondo desta vez trazer os dados acerca da porcentagem dos indecisos por faixa de renda, alertando para o fato de que esse dado trata do “potencial de crescimento”:

“(…) até 1 salário mínimo (...) 24% não definiram candidato; de 1 a 2 salários mínimos também 24%; de 2 a 5 cai para 19%; e mais de 5 salários mínimos cai pra 13%, ou seja, ainda há muito voto a ser captado pela máquina do PT nesses eleitores mais pobres” (SANTOS, 2018)

Adiante no argumento, o ator inicia uma discussão intragrupo do qual faz parte, alertando que por vezes vê “(...) youtubers de direita, formadores de opinião de direita falando ‘é impossível que o Haddad tenha essas intenções de voto, isso é uma mentira, uma manipulação’” (SANTOS, 2018), e procurando destacar que

“o eleitorado hoje do Bolsonaro, o antigo eleitorado do PSDB, é como se ele vivesse num país diferente do eleitorado do PT, são pessoas que moram em regiões diferentes, e via de regra pertence à classes sociais diferentes, eles tem padrões culturais, padrões de consumo, padrões completamente diferentes uns dos outros. A relação deles (...) com o Estado é muito grande, um não quer o Estado na vida deles, o outro precisa do Estado na vida deles. Essa visão de mundo de mundo diferente faz com que essas pessoas nem se conheçam. (...) Essa bolha fica fechada, cada um na sua respectiva bolha e eles não se comunicam. E o problema nosso é exatamente esse, nós não nos comunicamos com as pessoas que nós precisamos virar o voto, nós falamos entre si (...)” (SANTOS, 2018)

A partir deste trecho, o vídeo passa a ter uma música de fundo, e entre a fala do agente, sobre “o MBL fazer tudo que estiver ao alcance dele pra derrotar o PT”, aparecem tomadas em *time-lapse*, num primeiro momento do que parece ser a entrada de uma fábrica, com pessoas circulando em frente a um grande hangar, na sequência, imagens ainda em *time-lapse* de uma linha de produção automobilística, e em seguida retomando para a tomada do rosto do agente, onde argumenta-se que

“não basta sair às ruas ou fazermos postagens onde as mesmas pessoas que acreditam nas coisas que nós acreditamos vejam e falem ‘ah, muito bonito MBL, concordo com você’. Nós precisamos chegar nesse outro eleitorado, e quem é esse outro eleitorado que eu falei? É o eleitorado que basicamente mora nas periferias e moram em cidades pequenas, é um eleitorado de renda menor, e é o eleitorado que por vezes nem sabe que o Haddad é o candidato do Lula, esse é o cara que você tem que chegar” (SANTOS, 2018)

No momento em que Renan Santos passa a caracterizar o eleitorado de que faz referência neste último trecho, o vídeo transita novamente para imagens, num primeiro momento, de pessoas aglomeradas, de origem social nitidamente mais humilde, e num segundo momento, com a imagem de um homem sem camisa sob uma janela, visivelmente pertencente às classes populares também, e na sequência novamente a tomada retoma para Renan Santos

“Se você mora na periferia fale com os seus amigos, **não perca tempo com aquele petista lacrador, com aquele petista de esquerda, socialista, esquece esse cara.** Esse cara é insignificante, esse cara não faz diferença. **Quem faz diferença é esse eleitor mais pobre, que as vezes não sabe o roubo, o tamanho da putaria que o PT fez quando esteve no poder.** Você tem que mostrar no celular: ‘tá aqui o triplex do Lula, tá aqui o tamanho do rombo na Petrobrás, o preço da gasolina, o preço do gás’ tudo subiu por culpa deles, você tem que mostrar pra essas pessoas. Se esse vídeo for visto por 200 mil pessoas, eu peço que

cada uma dessas 200 mil convença 6 pessoas, dá 1 milhão e 200. 1 milhão e 200 que você tira de lá e traz pra cá dá 2 milhões e 400 mil votos de diferença. Isso pode ser a diferença que vai redundar na derrota do PT no segundo turno” (SANTOS, 2018)

Em meio à este último trecho, também exibem-se cenas que intercalam com a imagem de Renan Santos na tomada, primeiro a imagem de um homem sendo carregado por homens uniformizados e posto no chão ao lado de uma maca; adiante, alguns segundos depois, imagens de pessoas circulando numa grande concentração urbana; logo após, imagens de pessoas descendo por escadas rolantes, para na sequência, voltar à imagens de uma grande concentração de pessoas. O agente ainda faz referência para as pessoas que moram em São Paulo, para irem atrás das pessoas que moram na periferia; para as pessoas que moram no Rio de Janeiro para irem à baixada fluminense; para pessoas que votam em Minas Gerais, para irem atrás das pessoas ao norte do Estado, que morem em municípios pequenos; e para quem mora no nordeste, nos estados “tomados pelo petismo”, que converse com todo mundo, pois neste caso se trata da “missão que é ao mesmo tempo a mais importante e a mais fácil”, pois, pelo fato de estarem rodeados desses eleitores, “conseguir os 6 eleitores pra convencer não é tão difícil” (SANTOS, 2018). Por fim, o agente concluí, pedindo para seus interlocutores:

“(...) mostrem vocês convencendo esses eleitores, façam vídeos, tirem fotos, nós vamos postar no nosso Instagram regularmente o trabalho que você está fazendo pra virar eleitor do PT (...) coloque seus preconceitos de lado. Converse com as pessoas. Se você conversar com as pessoas, se você virar esses 6 votos, vai que esse vídeo tem 300 mil *views*, aí sim a gente vai fazer toda a diferença, e aí sim nós temos condições reais de evitar que o petismo ganhe essas eleições” (SANTOS, 2018)

Vale destacar que em meio às falas finais do agente no vídeo, a música de fundo segue tocando, e exibem-se, intercalando com a imagem de Renan Santos falando, em momentos até tomando o cenário de fundo completo do vídeo, imagens do alto de montanhas, com o movimento de nuvens em *time-lapse*, bem como imagens de grandes ondas no oceano.

Análise conceitual da narrativa

Vale-se destacar, já de início, que o vídeo tem explícitos propósitos eleitorais: apresentação de argumentos, dados e interpretações que cumpram a função de solidificar o voto ‘antipetista’ e em especial de atrair o voto dos ‘indecisos’. Assumindo a postura de ‘analista político’ o agente busca imprimir a legitimidade de sua fala apoiado em dados

estatísticos, provenientes de um levantamento do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), de maneira a desenhar o cenário das eleições de 2018 em primeiro turno, mostrar tendências para o segundo turno, e descrever o perfil do eleitor petista ‘médio’. Desta forma, o público do MBL, o interlocutor do vídeo, estaria instruído acerca de ‘com quem’ conversar, quais votos ‘reverter’. O desenho traçado pelo agente, acerca do perfil ‘médio’ dos petistas, aponta para, de maneira sintética, um eleitor católico, predominantemente morador de cidades pequenas e/ou da região nordeste, de baixa renda e em geral menos instruído. Existem muitas pesquisas acadêmicas que buscam caracterizar as bases de apoio do PT ao longo dos últimos anos, bem como suas transformações. Consideramos interessante trazer um breve paralelo com essas pesquisas para jogar luz sobre as aproximações e distanciamentos com o desenho proposto no vídeo, alertando para as diferenças contextuais existentes entre esses dados. No artigo *A Evolução do Petismo (2002-2008)*, David Samuels (2008), se propõe a discutir se ocorreram e quais foram as transformações geradas no perfil da base de apoio do PT, considerando o tom mais moderado tomado pelas lideranças do partido em relação aos princípios ideológicos de seus anos de formação e fundação, bem como o fato de que historicamente no Brasil “só o PT tem sido capaz de construir e manter uma ampla base de “identificados” com o partido entre os eleitores” (SAMUELS, 2008, p.303). Em suas considerações, Samuels conclui que, ao longo dos anos em análise (2002-2008) aparenta-se ter havido poucas mudanças nas bases de apoio ao partido, sendo que “as principais distinções são que elas tornaram-se levemente mais moderadas [em relação à ideologia de esquerda] e menos escolarizadas, além do que sua origem é menos provável na região sudeste” (SAMUELS, 2008, p.315). Em outro trabalho acerca do tema, André Singer (2009) buscar discutir o realinhamento eleitoral que haveria ocorrido em 2006, que conforma a base do processo que denomina por ‘Lulismo’. O autor aponta que o realinhamento se deu a partir da aproximação e identificação do subproletariado³³ (que haveria até então se mantido distante) à candidatura de Lula, simultaneamente ao afastamento da chamada classe média (que compunha até então uma base eleitoral importante) em relação ao candidato do PT. As razões deste processo residiriam, por um lado, no “cerco político-midiático” em torno do escândalo do Mensalão em 2005 envolvendo lideranças do PT como uma das causas principais do afastamento do eleitor

³³ Os subproletários são definidos em texto do autor como aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 2009, p.98).

das camadas médias em relação à Lula em 2006 e por outro lado, numa série de medidas e estratégias tomadas pelo Governo Federal no período entre 2002 e 2006 – entre elas destacam-se políticas de redistribuição de renda encarnadas sobretudo no Programa Bolsa Família; o aumento do salário mínimo e a expansão do crédito popular tendo em vista o crescimento da formalização do trabalho; além da contenção de preços, com enfoque na cesta básica (Singer, 2009) – que trouxe em especial aos eleitores de baixa e baixíssima renda a sensação do aumento do seu poder de consumo, bem como uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, conforme argumenta o autor. Esses elementos, somados à uma moderação do discurso de esquerda mais “radical” e “revolucionário” seriam os ingredientes explicativos da aproximação dessa fração de classe do proletariado à candidatura de Lula. Isso porque “os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem” (SINGER, 2009, p.87). Ao catalisar o subproletariado – que possui peso expressivo como força eleitoral no Brasil, conforme argumento do próprio Singer (2009) – a partir de uma ‘fusão’ discursiva e estratégica que incorpora tanto elementos conservadores, como por exemplo a noção de que não seria necessário um movimento classista auto-organizado de ruptura com a ordem do capitalismo para a conquista da igualdade, como também elementos progressistas, a noção de que o Estado tem responsabilidades para com as classes e frações de classe mais fragilizadas, de maneira a garantir melhores condições de vida à estes por exemplo, entra em cena uma nova força político-ideológica, o Lulismo, com novas bases em relação até mesmo ao petismo, já que “Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT” (SINGER, 2009, p.96) como fica expresso pela diferença nos votos em favor de Lula e da bancada federal do partido, já que “Lula foi mais sufragado quanto menor o IDH do Estado, mas a votação da bancada federal do PT manteve-se associada aos de maior IDH” (ibid.), ou seja, em 2006 Lula foi mais votado nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o PT obteve mais sucesso nas regiões Sul e Sudeste. Desta forma, temos que a apresentação e interpretação dos dados por parte de Renan Santos em seu vídeo não é de todo incorreta (vale-se destacar que os dados são parte de uma grande pesquisa de âmbito nacional). Pesquisas já em contextos anteriores apontam para um eleitor petista com força sobretudo no Nordeste, e de perfil de baixa renda, menos escolarizado, e de relativa dependência para com programas do governo federal. O peso da figura carismática de Lula que incide sobre esses eleitores também pode ser

identificada pelo agente, em trechos como “(...) aquele eleitor que gosta do Lula, que não sabe as vezes nem que o Lula foi preso, que está perdido da vida: ‘ah o Haddad é o Lula, eu vou votar em quem o Lula mandar’” (SANTOS, 2018). O que está em jogo então neste vídeo, sendo discutido pelo agente, é uma campanha contra, ou mais precisamente de ‘reversão’ do voto do eleitor ‘Lulista’ (e não tanto do ‘Petista’) que é guiado pela influência da figura do ex-presidente, ainda que este não seja candidato, e que possui as características que tanto Renan Santos identifica no vídeo a partir de dados do IBOPE, quanto que os autores, em especial Singer (2009), identificam em suas pesquisas, quais sejam, mais uma vez, o eleitor morador de regiões mais pobres do país, de baixa renda, menos escolarizado, que teve melhoras nas suas condições concretas de vida a partir de programas e políticas sociais do governo federal durante os governos Lula, e para os quais o fator propriamente ideológico do posicionamento político à esquerda tem menos relevância (SAMUELS, 2008) (SINGER, 2009), o que torna-se bastante explícito no trecho:

“(...) vá, trabalhe, converse. De novo, **não aquele petista doente, mas sim aquela pessoa que acha que o Lula melhorou a vida deles, aquela pessoa que foi enganada**, aquela pessoa que não está votando de má fé, aquela pessoa que quer melhorar as condições materiais da vida dela, aquela pessoa que faz um voto inclusive racional no PT: ‘ora, se minha vida era boa e agora minha vida é ruim, é porque o Lula me ajudou’. Convença-os do contrário” (SANTOS, 2018)

No mais, cumpre destacar que a música e as imagens de fundo que passam ao fim do vídeo, soa-nos como um apelo propriamente estético e emocional para gerar maior comoção no interlocutor, para imprimir o tom da importância sob o apelo do agente para que seus ouvintes ‘cumpram a missão’ de ‘saída da bolha da direita’ e da reversão destes votos lulistas que estiverem ao seu alcance.

ANEXO I

SESSÕES DE COMENTÁRIOS


Comentários do vídeo 1



Alisson Silva 1 ano atrás

Vamos divulgar essa manobra do PT que faz sofrer a população. Eles têm interesse somente para o partido deles ,só pensam em si próprio.
Vamos divulgar isso em todas as redes sociais pra abrir os olhos de todos que ainda estão equivocados

👍 1 🗨️ RESPONDER




G FERREIRA 1 ano atrás

O PT TINHA QUE SER BANIDO DA FACE DA TERRA!!!

👍 83 🗨️ RESPONDER


▼ [Ver 4 respostas](#)



Ju & Kyara 1 ano atrás

Toda trama será lançada por terra!!Deus tá no controle


👍 3 🗨️ RESPONDER



José Balburdiano Silva 1 ano atrás

Saiu tbm no Corrupção brasileira memes

👍 1 🗨️ RESPONDER



Egas Ricardo 1 ano atrás (editado)

AFIADO SEMPRE COM SUA KATANA MENTAL! EXCELENTE VÍDEO KIM!!

👍 🗨️ RESPONDER

Comentários do vídeo 2



Alex Kidd 1 ano atrás

Se os candidatos a presidência fossem comparados aos carros:

Cabo Daciolo: Opala de arrancadão - só faz barulho, mas não serve pro dia a dia!

Ciro Gomes: Ambulância - ajuda, mas ninguém quer andar com ela!

Bolsonaro: Jeep - Foi feito pro exército, mas impõe respeito na cidade!

Henrique Meirelles: Landau 1979 - todos admiramos, mas ninguém confia para uma viagem longa!

Marina: Carro no GNV - faz bem pra natureza, mas quando precisa de força não tem!

Alckmin: Rolls-Royce - Um Clássico, mas custa muito caro manter!

Álvaro Dias: Carro Tunado - Só de olhar pra lata vc vê que foi alterado!

Amoedo: Tesla - moderno e tecnológico, mas todo mundo tem medo de deixar a direção com ele!

Boulos: Saveiro rebaixada de escape aberto - ninguém sabe pra que serve essa porcaria mas tem quem gosta!

Lula: Veículo carburado, dos anos 80, movido a álcool (muito álcool) e com a documentação irregular, tá apreendido!

Mostrar menos

👍 233 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 12 respostas](#)

 **Gabriel M** 1 ano atrás
Meu nojo pelo PT só aumenta

👍 289 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 3 respostas](#)

 **Hudson Sousa** 1 ano atrás
Quem planta Haddad colhe Maduro

👍 339 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 6 respostas](#)

 **Nortt Vander** 1 ano atrás
manoooooooooooo, eu nao cheguei nem na metade e já to pasmo pra caralho com esse plano de governo, puta que pariu, como pode um bglh desse ser possível ??????????????????????????????????????


👍 155 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 14 respostas](#)

 **Julia Madeiro** 1 ano atrás
Estou APAHORADA!!!!!!
MEU DEUS, COMO O POVO AINDA VOTA NO PT?!?!


👍 213 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 12 respostas](#)


 **Passatempo** 1 ano atrás
Queria por todos os petistas da minha família em uma sala pra ver esse vídeo.

👍 166 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 11 respostas](#)


 **Xizz** 1 ano atrás
Chega a dar medo de imaginar isso, não é possível que tem gente que ainda assim vai votar nesse satanás!

👍 36 🗨️ RESPONDER


 **Yury conceição de souza** 1 ano atrás
RESUMINDO ,É A IMPLANTAÇÃO DO COMUNISMO.

👍 136 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver resposta](#)

 **Ramom Benfica** 1 ano atrás
pior que filme de terror

👍 43 🗨️ RESPONDER


 **Mariana Brandão** 1 ano atrás
Kim! Como sempre didático e falando tudo! Esse plano de governo e o do Maduro são praticamente idênticos!

👍 132 🗨️ RESPONDER

Comentários do vídeo 3

 **Alana Batista** 1 ano atrás
VAMOS VER SE ESSE BANDO DE APROVEITADORES,VÃO PODER COM UM PAIS INTEIRO...
[#BOLSONARO17!!!](#)


👍 101 🗨️ RESPONDER

 **Ana M.** 1 ano atrás (editado)
A culpa é dessa geração alienada que quer tudo mastigado, inclusive as informações. Falta leitura de qualidade, falta humildade pra entender que política é algo sério que não diz respeito apenas a nós mesmos, vai além. Por conta disso, esse tipo de manifesto ganhou força. Um monte de "ARTISTA" com medo de perder privilégios e pra isso usam esses alienados como massa de manobra. Tenho é pena desses desinformados.

Mostrar menos

👍 80 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 2 respostas](#)

 **CARRASCO REALISTA** 1 ano atrás
Ninguém quer perder a Lei Rouanet kkkkkkk

👍 142 🗨️ RESPONDER


▼ [Ver resposta](#)

 **Adilson Alves** 1 ano atrás
Bolsonaro já presidente primeiro turno... Deus no comando

👍 37 🗨️ RESPONDER

 **Juninho Continência** 1 ano atrás
Boa MBL!
Eu só não quero que essa esquerda bandida, corrupta, mentirosa e antipátria!!!
Viva o Brasil!
[#anossaBandeiraJámaisSeráVermelha](#)

👍 17 🗨️ RESPONDER

 **Mary Caetano** 1 ano atrás (editado)
Kim, antes de assistir seus vídeos eu já dou like, porque sei que vou gostar. Você é 10!

👍 7 🗨️ RESPONDER

 **edvandrobs** 1 ano atrás
Que todo e qualquer esquerdopata seja "artista" ou "celebridade" nos presenteie com sua ida em definitivo para Cuba, Venezuela, Nicarágua ou qualquer outro paraíso destes.

👍 18 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 2 respostas](#)

 **Marcelo Tomaz** 1 ano atrás (editado)
Eu nem iria votar no Bolsonaro só por causa disso agora vou.

👍 734 🗨️ RESPONDER


▼ [Ver 27 respostas](#)


Comentários do vídeo 5

 **Hamilton Itaborahy** 1 ano atrás
Todos os brasileiros deveriam ver esse vídeo!!!
👍 45 🗨️ RESPONDER


 **Yuri Drumond** 1 ano atrás
O Comunismo é uma coisa diabólica, não podemos deixar isso ocorrer no Brasil.
👍 23 🗨️ RESPONDER

 **carlos artulino** 1 ano atrás
Quería muito votar no Amoedo, mas to com medo desse Haddad, entao to seriamente repensando em ir em Bolsonaro pra n correr risco agr
👍 331 🗨️ RESPONDER
[Ver 33 respostas](#)

 **marcos santos goncalves goncalves** 1 ano atrás
parabéns pela candidatura !!sou militar (policial) e tinha vários amigos militares para votar porem por um equilíbrio votei em vc e no Arthur, vou cobrar meu voto, acredito em vcs , nao sei se vc e ateu ou Cristao, mais vou te desejar que Deus te proteja muito nessa jornada, pois enfrentar a bandeira vermelha nao vai ser facil !!
👍 55 🗨️ RESPONDER
[Ver 3 respostas](#)

 **Marcio Duarte** 1 ano atrás
Em Roraima o Bolsonaro tem 52%, as pessoas que estão sentindo o socialismo na pele estão respondendo bem nas intenções de voto.
👍 249 🗨️ RESPONDER
[Ver 12 respostas](#)

 **Gilmar De Almeida Santos** 1 ano atrás
Galera da grande são paulo . fasção videos falando como foi haddad como prefeito e mandem pra as redes sociais . assim acaba com ele .
👍 23 🗨️ RESPONDER
[Ver 2 respostas](#)

 **Luan Kelvin** 1 ano atrás
Quem vai eleger o Bolsonaro São os cristoes,bcom fé em Deus
👍 4 🗨️ RESPONDER

 **Lusiene 207** 1 ano atrás
Minha opinião e o seguinte Renan...mesmo as pessoas bem simples do Nordeste e tal...usam o Facebook e o Bolsonaro e muito forte no face e tem bastante discussão no face...isso ajuda o Bolsonaro
👍 4 🗨️ RESPONDER



Alan Fernando Cunha 1 ano atrás

Vamos dividir o Brasil logo sapoha quem quer ser comunista, socialista vai pra um lado, quem quer ser liberal, capitalista vai para o outro, vamos ver no que dá. Opa isso ja aconteceu na Korea e sabemos no quê deu. Petismo é doença

👍 11 🗨️ RESPONDER



João C. 1 ano atrás (editado)

Eu acho estranho, estou aqui no Nordeste mas não vejo muitos votos pra Haddad, e moro no interior do Nordeste, por isso acho que essas pesquisas não são muito confiáveis, aqui na minha cidade já teve muito mais prós pro Bolsonaro

👍 134 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 4 respostas](#)



Cássio Neris 1 ano atrás

Prefiro votar no BOLSONARO e cair do cavalo, do que votar no PT e me roubarem o cavalo!!!!

👍 362 🗨️ RESPONDER

▼ [Ver 9 respostas](#)